

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME,
A MISÉRIA E PELA VIDA DO NÚCLEO DE ITACORUBI

Trabalho de conclusão do curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Assistente Social pela
Acadêmica Tatiani Macarini.

Aprovado Pelo DCS

Em 07/12/95


KRYSZYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

FLORIANÓPOLIS - SC

NOV./1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME,
A MISÉRIA E PELA VIDA DO NÚCLEO DE ITACORUBI

Trabalho de conclusão do curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Assistente Social pela
Acadêmica Tatiani Macarini.

PROFESSORA ORIENTADORA
ILIANE KOHLER

Agradecimentos

- Aos amparadores intra e extrafisicos por me auxiliarem na construção desse trabalho.
- Aos pais Altair e Maria Macarini, pelo amor, incentivo, confiança e pela importância que eles exerceram e exercem na minha vida.
- A Telesc pela oportunidade de estágio
- As assistentes sociais da Telesc Alice, Dalva e Meri pelo aprendizado profissional.
- A professora Iliane por sua orientação neste trabalho.
- A colega Patrícia (Pura) pelo apoio e amizade.
- A mim pela força de vontade em vencer.
- Pelos momentos bons que me impulsionaram a continuar e pelos momentos menos bons que me permitiram um maior crescimento pessoal.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
I Capítulo.....	03
1 Apresentação.....	04
1.1 Histórico da Ação da Cidadania.....	04
1.2 Criação do CONSEA.....	05
1.3 Conceito	06
1.4 Histórico da Ação da cidadania na Telesc.....	11
1.5 Uma experiência de estágio.....	14
II Capítulo.....	22
2 Apresentação.....	23
2.1 Cidadania Concepções.....	24
III Capítulo.....	32
3 Apresentação.....	33
3.1 Sobre as Propostas.....	33
3.2 Sobre as Motivações.....	37
3.3 Sobre as Atividades.....	42
3.4 Sobre o Intercâmbio.....	45
3.5 Sobre os Avanços e Transparências.....	48
3.6 Sobre a Avaliação e Participação.....	52
IV Capítulo.....	55
4 Apresentação.....	56
4.1 Serviço Social e Ação da Cidadania.....	56
4.2 Considerações Finais.....	65
Anexos.....	67
Referências Bibliográficas.....	101

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir um pouco a temática da cidadania através da teoria que fundamenta sua concepção e da experiência e vivência prática em grupo, que tivemos durante a trajetória do estágio curricular que iniciou no 1º semestre de 1994, se estendendo até o 1º semestre de 1995 na Telesc. A Telesc - Telecomunicações de Santa Catarina foi a empresa escolhida, por ser uma estatal e de grande porte, o qual nos impulsionou a conhecer como se davam suas relações e o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social. Como citado anteriormente, damos início as atividades de estágio curricular nesta empresa de telecomunicações de Santa Catarina, na administração Central de Florianópolis, Departamento de Recursos Humanos, divisão de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho, especificamente no setor de Serviço Social.

Dentro das várias demandas postas ao Serviço Social, optamos pelo programa da “Ação da Cidadania contra a Fome a Miséria e Pela Vida”, porque discutir e lutar por moradia, saúde, educação, lazer...e condições de vida humana digna, são os maiores desafios para o profissional de Serviço Social comprometido com as classes empobrecidas.

A cidadania enquanto consciência política participativa com direitos e deveres, é uma das conquistas mais importantes na história da humanidade.

Sem esse exercício somos meros reprodutores dos interesses das classes dominantes e inconscientes de nós mesmos.

Um outro motivo da escolha por esse programa foi nossa motivação em ver pessoas reunidas discutindo sobre seus problemas e da comunidade, na qual convivem. A vontade de contribuir na efetivação de melhores condições de vida aos que não tiveram a mesma oportunidade. E pelo compromisso político da profissão na luta pela assistência e cidadania.

Como membro do comitê fomos acumulando algumas experiências e através destas surgiram dúvidas referente a desistência dos funcionários da Telesc aos trabalhos do comitê, a necessidade de saber deles a concepção de cidadania, suas motivações para a adesão do movimento, o que eles pensam sobre a proposta. Além dos funcionários da Telesc, como os demais grupos atuantes vêm estas questões, que no decorrer do trabalho serão abordadas.

A pesquisa surgiu da necessidade pessoal em saber o que leva as pessoas a se motivarem e desmotivarem em relação a um trabalho comunitário, como é visto a questão da transparência, do intercâmbio e como eles avaliam o próprio movimento.

A pesquisa abrange quatro grupos distintos:

- funcionários iniciantes e que não estão mais participando;
- grupo do comitê Itacorubi que compreende, funcionários da Telesc e o restante das representações do bairro;
- comitê Regional;
- comissão de Educação - subdivisão do comitê Regional.

O trabalho está distribuído de uma forma dinâmica, onde o resultado da pesquisa estará atuando o tempo todo.

Alguns itens apresentam além da discussão teórica, um quadro síntese para facilitar a leitura.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, sendo que o 1º refere-se ao histórico da campanha da Ação da Cidadania e da implantação do comitê na Telesc, seguindo com nossa experiência de estágio no comitê.

No capítulo II falaremos sobre as concepções dos entrevistados referente a cidadania, fazendo uma análise concomitantemente com alguns autores.

O III capítulo refere-se praticamente a parte prática dos participantes no comitê.

No IV capítulo falaremos da relação do Serviço Social com a campanha da Ação da cidadania.

Além do conhecimento e da prática profissional que pudemos vivenciar através deste estágio, esperamos que este trabalho possa contribuir para o crescimento daqueles que se interessam pelo trabalho comunitário.

Neste trabalho nosso objetivo maior é apresentar o resultado da pesquisa juntamente com análise e discussão teórica. Mas para isto, é fundamental descrever num âmbito geral o que foi nosso estágio na Telesc, para que assim possamos nos situar melhor.

I CAPÍTULO

1- APRESENTAÇÃO

Desde os primórdios o desenvolvimento econômico e social no Brasil privilegiou uma elite, cujos objetivos básicos eram a manutenção do próprio poder e do capital.

Cultivando dessa forma uma sociedade de desiguais e sobretudo individualista.

Nas últimas décadas o Brasil passou a conviver com índices altíssimos no desenvolvimento tecnológico contrapondo com problemas tão antigos como a malária, surtos de dengue, cólera, desnutrição causados pelas más condições de habitação atingindo as populações de baixa renda.

Nesta realidade contraditória de riqueza e pobreza as classes empobrecidas tentam conquistar seus espaços como cidadãos.

Estas lutas se fazem presentes na nossa história, objetivando melhoria na qualidade de vida dos excluídos, e um país mais digno, justo e ético.

Neste sentido surge a “campanha da Ação da Cidadania” que tenta resgatar a dignidade humana e a solidariedade entre as pessoas, através da mobilização e organização nacional.

Apresentaremos nas páginas seguintes o histórico desse movimento e a experiência enquanto estagiária e participante do comitê.

1.1 HISTÓRICO: AÇÃO DA CIDADANIA

Numa votação histórica, em 29/09/92 a câmara dos deputados autorizou o Senado Federal a iniciar o processo de impeachment do Presidente Fernando Collor , afastado do cargo em dezembro, acusado de praticar e tolerar diversas irregularidades em sua administração.

Foi uma vitória de dezenas de entidades da sociedade, incluindo representantes do Congresso Nacional, que se reuniram no Movimento Pela Ética na Política, para restaurar os princípios éticos e acabar com a corrupção e a impunidade no Brasil.

O mesmo espírito que alavancou o movimento pela Ética na Política, permitiu que se espalhasse por todo o País uma informação já conhecida por grande parte da sociedade.

Nos campos e nas cidades existiam cerca de 32 milhões de miseráveis, segundo dados do Mapa da Fome, concluído em início de 1993 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicadas).

O movimento pela ética na política vitorioso na luta contra a corrupção e a impunidade inspirou uma outra cruzada ética, para acabar com a fome e a miséria.

Como desdobramento do movimento surge a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”, com o objetivo de mobilizar e acima de tudo sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica-política e social do País.

A Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania, é formada por 7 entidades da sociedade civil: OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); Cáritas (representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB); CUT (Central Única dos Trabalhadores); COFECON (Conselho Federal de Economia); IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas); INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos); ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior).

Existem mais de 5000 comitês em todo o país dos quais 2870 cadastrados na Secretaria Executiva (I CONSEA, 1995).

Na cidade de Florianópolis existem aproximadamente 25 comitês, incluindo 09 comitês de empresas públicas.

1.2 CRIAÇÃO DO CONSEA

No início de 1993, o Movimento pela Ética na Política sugeriu dar prioridade ao combate à Fome no País. Ao mesmo tempo, o partido dos trabalhadores - representado por seu presidente, Luís Inácio Lula da Silva, entregou ao Presidente Itamar Franco um plano de combate à Fome, elaborado pelo governo paralelo do Partido dos Trabalhadores, onde se propõe a criação de um conselho específico para coordenar os trabalhos.

Em 08 de março de 1993, foi decidido o lançamento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

Em 18 de março do mesmo ano, o presidente Itamar Franco reúne o Ministério e proclama prioridade de seu governo o combate a fome, assumindo o compromisso de implantar uma Política de Segurança Alimentar como garantia da cidadania de todos os brasileiros.

Esclarecemos que não é a Política de Segurança Alimentar que irá garantir a cidadania. Mas as pessoas, através da sua prática. A Política de Segurança Alimentar servirá, como metas e diretrizes, para que a cidadania se efetive na prática.

Na mesma ocasião, convoca municípios e cidadãos a iniciar o processo de transformação para fazer um Brasil mais justo.

O presidente determina aos Ministros que, em 15 dias, cada ministério faça uma avaliação de seus planos, programas e projetos de Ação, para redimensionar à luz da prioridade definida.

Uma comissão foi constituída com um mês de prazo para coordenar o processo de revisão da ação governamental e apresentar as recomendações que se fizessem necessárias.

Em 18 de abril, a comissão entrega ao Presidente da República o “Plano de Combate à Fome e a Miséria - Princípios, Prioridades e Mapa das Ações de Governo” e a proposta de criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA.

Em 24/04/93, o Presidente Itamar, assina o decreto nº 807, criando o CONSEA, órgão de aconselhamento da Presidência da República, do qual participam os Ministros da Justiça, Educação, Cultura, Fazenda, Saúde, Agricultura, Trabalho, Bem-Estar Social, Planejamento e o Secretário Geral da Presidência da República, além de 21 representantes da sociedade civil, dos quais 19 indicados pela Ação da Cidadania. E no dia 13/05/93, O CONSEA, foi solenemente instalado

1.3 CONCEITO

SEGURANÇA ALIMENTAR

É assegurar, permanentemente, o acesso de todos os brasileiros aos alimentos, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida saudável. Garantir a cidadania onde além dos alimentos sejam garantidos os direitos básicos.

Entendemos por exigências nutricionais as calorias, proteínas e vitaminas básicas de que o organismo necessita para o seu desenvolvimento.

É uma parceria entre governo e sociedade civil para buscar alternativas, formular propostas e influenciar ações em busca de soluções para o problema da fome e da miséria no Brasil.

Com o CONSEA, governo e sociedade aprofundam a vivência da democracia. A cidadania não apenas rege os governantes, mas também participa da definição de políticas públicas e acompanha a realização da própria ação governamental.

O CONSEA, como instrumento de parceria tem sido uma das bases operacionais de animação da própria Ação da Cidadania e do processo de discussão e definição de política de Segurança Alimentar.

O CONSEA, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, iniciou o processo de colaboração com organismos do Sistema das Nações Unidas, como FAO, PMA, entre outros.

O CONSEA faz parte do processo de articulação na América Latina e Caribe para incrementar a solidariedade entre os povos no combate à fome e em preparação à Conferência Mundial de Alimentação, a se realizar em Roma, em março de 1996.

Em relação a ação governamental, o CONSEA incentivou a aplicação dos critérios fundamentais da Ação da Cidadania: solidariedade, parceria e descentralização.

Para viabilizar a ação governamental, o CONSEA, definiu como prioritários:

PRODEA, Reforma Agrária, Geração de Emprego e Renda, Descentralização e ampliação do Programa de Merenda Escolar, Programa Leite e Saúde, Programa Criança contra a Fome e Pela Vida, garantia de alocação dos recursos orçamentários, para projetos prioritários e I CONSEA.

A Política de Segurança Alimentar tem por objetivo uma disponibilidade, nacional, do alimento que seja:

- a) suficiente, para atender à demanda efetiva e potencial;
- b) estável, na medida que busque neutralizar as inevitáveis flutuações climáticas;
- c) autônomo, ao lograr a auto suficiência nacional nos alimentos básicos;

d) sustentável, pois deve garantir o uso a longo prazo dos recursos naturais;

e) equitativa, ao possibilitar o acesso universal ao mínimo nutricional do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Além dos objetivos a Política de Segurança tem como pré-requisito a produção e a estocagem e distribuição estratégica de alimentos. Mas ela só se efetiva através do acesso democrático à alimentação. Este acesso pressupõe assegurar renda mínima à população e sua efetiva inserção no processo econômico social.

Esses requisitos são:

a) uma produção de alimentos, estável, autônoma, sustentável e equitativa;

b) uma adequada rede de armazenagem e eficientes sistemas de beneficiamento, processamento, distribuição e comercialização de alimentos, priorizando as organizações populares, procedendo a recuperação de estradas e a implantação de sistema integrado de transporte.

c) reforma agrária;

d) geração de emprego e renda.

A CONSEA, como instrumento de parceria, tem sido uma das bases operacionais de articulação e animação da própria Ação da Cidadania e do processo de discussão e definição de Política de Segurança Alimentar.

Integrantes do CONSEA viajaram por todas as unidades de Federação assessorando encontros e reuniões visando a formação de comitês e a organização Conferências Regionais de Segurança Alimentar.

Como resultado, a Ação da Cidadania foi fortalecida e 26 Conferências Estaduais de Segurança Alimentar foram realizadas à I CONSEA - Conferência Nacional de Segurança Alimentar.

A I CONSA aconteceu em Brasília de 27 a 30 de julho de 1994, com 1800 delegados. Ofereceu a sociedade brasileira um documento político e outro programático sobre Segurança Alimentar.

A CONSEA foi resultado de todo um trabalho desenvolvido nos últimos anos por vários segmentos da sociedade preocupados com a fome, a miséria, a exclusão de milhares de brasileiros.

E também de um processo que começou com o lançamento da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida.

A conferência teve como objetivos específicos:

- discutir o conceito de Segurança Alimentar como componente de um projeto nacional
- transformador da realidade que produz e reproduz a fome, a miséria e a exclusão;
- obter consenso sobre prioridades e diretrizes para formulação de políticas e proposição de instrumentos de intervenção;
- identificar alternativas e promover a troca de experiências em desenvolvimento na sociedade;
- identificar novas formas e mecanismos de parceria, e articulação entre ações governamentais e não governamentais, tendo em vista a construção de uma nova relação Estado/Sociedade.

Antes da conferência em Brasília, foi preparado um documento síntese com o conteúdo de 28 relatórios das conferências estaduais, das contribuições dos comitês das Empresas Públicas e dos comitês Universitários no combate à fome e Pela Vida. O documento foi a base para a discussão em Brasília, dividido em três temas:

- Alimentação e Nutrição;
- Condições e requisitos para a Segurança Alimentar;
- Propostas para uma Política de Segurança

A Política de Segurança Alimentar só será uma realidade quando houver abundância de alimentos, baratos e de qualidade, quando todo o povo puder comprá-los. Mas para mudar essa realidade é preciso ter força política.

A Segurança Alimentar é buscada manejando um conjunto de políticas convergentes, para diversas áreas, em fina sintonia e com minuciosa articulação de interesses.

A consciência da identidade é que permite que sejam construídos os laços capazes de converter um conjunto de excluídos em sujeitos coletivos. Uma coletividade que se organiza em torno de objetivos comuns, ganha, densidade política para intervir de modo eficaz na transformação de sua de sua realidade concreta.¹

¹ Os dados referente a construção deste texto, acima citado, foram retirados da I CONSEA, Brasília: 1995.

Atingir esse auto-reconhecimento e organizar-se a partir dele é, condição primordial para a conquista da cidadania.

A realização dessa conquista requer uma transformação da sociedade como um todo.

É um processo de inter-relações, onde a construção de sujeitos coletivos é condição necessária para que as conquistas obtidas adquiram permanência, para que as transformações se consolidam em novas práticas sociais e em uma nova relação Estado/Sociedade.

Construir uma nova relação Estado/Sociedade no Brasil implica inicialmente supor a democratização do processo decisório e o exercício do controle sobre a ação estatal.

Os diferentes grupos sociais que, ao longo do tempo, estiveram excluídos tanto do processo decisório como dos benefícios derivados da ação estatal, devem assumir agora a responsabilidade de obter a transformação desse quadro.

Organizar-se para identificar os seus problemas, construir alternativas que possam resolver e, sempre que isso for necessário exigir do Estado a incorporação de ações que signifiquem respostas às suas demandas.

Outra transformação indispensável é a superação da fragmentação da ação estatal.

A realidade tem múltiplas facetas. Para transformá-la é preciso considerar nas suas múltiplas determinações e promover ações coordenadas de intervenção. É preciso que os problemas sejam considerados em sua integralidade e que as soluções envolvam as suas diversas dimensões, o que significa que as políticas governamentais devem ser articuladas na busca destas soluções.

A visão desta integralidade é muito mais fácil no espaço territorial em que vivem os cidadãos no bairro, no município.

Dáí decorre a outra transformação necessária no Estado Brasileiro: a descentralização e o fortalecimento das esferas municipais de governo.

Nenhuma ação centralizada daria conta de responder adequadamente as especificidades regionais e locais.

1.4 HISTÓRIA DA AÇÃO DA CIDADANIA NA TELESC

Com base numa entrevista realizada com a Assistente Social, Alice Thummel Kuerten, ficamos conhecendo como se deu o histórico da Ação da cidadania na Telesc. Segue abaixo relato.

A Telebrás foi uma das empresas que participaram da reunião do Betinho com as 30 estatais em 23/06/93, em Brasília. Baseado nesta reunião, a Telebrás incentivou as empresas subsidiárias a disseminarem a idéia do Betinho entre os seus empregados.

Assim, o Presidente e Diretor Administrativo da Telesc, chamaram o chefe do Departamento de Recursos Humanos e lançaram a idéia de formar um comitê na empresa. Chamaram o Serviço Social, e este engajou a primeira reunião na empresa onde participaram: Chefe de Recursos Humanos, Diretor Administrativo, Assessor do Diretor, chefe do ADHB, Assistentes Sociais e o coordenador Regional do Comitê de Florianópolis, Sr. Rui Ricard do Sindicato dos Bancários. Nesta reunião ouvimos detalhes sobre a filosofia da Ação da Cidadania, para posteriormente organizarmos os passos na implantação do Comitê na empresa.

O Serviço Social aderiu a campanha por ter sido um pedido do presidente e porque eu acredito que toda empresa tem seu papel social perante seu bairro e por ter sido uma oportunidade de mobilizar as pessoas, procurando despertar a solidariedade e fraternidade perante essa realidade. É gratificante como pessoa.

No dia 21/07/93 organizamos uma palestra no auditório da administração central com a presença da Diretoria da empresa e mais ou menos 150 empregados. Nesta palestra ouvimos as palavras do Rui Ricard como coordenador do Comitê Regional e uma palestra do Padre Wilson que já desenvolvia diversos trabalhos nas comunidades periféricas de Florianópolis.

No término da palestra a Assistente Social fez um resumo do que poderia ser feito na Telesc e incentivou a participação dos demais. Manifestaram-se 32 pessoas para iniciar o movimento.

No dia 23/07/93 foi realizada a primeira reunião. Das 32 pessoas manifestadas, compareceram apenas 21. Nesta tinha como propósito trabalhar em conjunto com outras

empresas do Bairro. Desta reunião formaram-se várias comissões, que trabalharam no levantamento de dados, para posteriormente elaborar um plano de ação.

Foi realizada outra reunião com as comissões para posteriormente convidarem todas as empresas e entidades do Bairro a participarem do movimento.

Depois de levantados os dados, convidamos todas as entidades, recursos e empresas do bairro para uma reunião. Foram 30 empresas visitadas e 18 recursos e entidades comunitários.

Antes de fazermos esta reunião passamos a fita da reunião das estatais para conscientizar nosso grupo. Estabelecemos que iríamos fazer uma reunião grande no auditório com as empresas e entidades levantadas e seus recursos para ver se nós iríamos trabalhar em conjunto ou como iríamos fazer.

Compareceram nesta reunião 8 empresas e 8 entidades da comunidade.²

Na reunião compareceram 30 pessoas. Algumas empresas aderiram ao comitê. Nesta reunião ficou decidido que cada empresa entraria com seus recursos. Foi unânime em trabalhar com o Itacorubi e porque a empresa tem seu papel social onde ela está inserida.

Dessa reunião saiu o nome do comitê “Núcleo do Itacorubi da Ação da Cidadania Contra a Fome, A Miséria e Pela Vida”.

Passamos a fita das estatais. Expomos como iniciou o trabalho e com eles criamos juntos o diagnóstico da comunidade e priorizamos ações. Dentre elas:

1. Levantamento sócio econômico;
2. Aproveitamento dos equipamentos existentes; Posto de Saúde, APAE, Escolas;
3. Creche Maria Joaquina Peres
4. Associação das lavadeiras
5. APAE
6. Escola Leonor de Barros, Vitor Miguel de Souza;
7. Grupo de jovens;
8. Grupo da terceira idade.

² empresas: TEDESC, CIDASC, CEDESC, CIASC, UDESC, MACRO ENGENHARIA, ABC CEDESC, Panificadora Santa Isabel.

entidades: Grupo jovem, Grupo 3ª idade, AMAI, Grupo Escolar Leonor de Barros, APAE, Posto de Saúde, Escola Vitor, Creche Maria Joaquina Peres.

Formaram-se comissões de divulgação, abastecimento, financeira, levantamentos, eventos e educação.

Fizemos em paralelo a conscientização e sensibilização dos empregados da Telesc, através de duas etapas:

1º) com todas as chefias e diretores no auditório, passando o vídeo das estatais e Ilhas das Flores e fazendo um histórico de como começou e como estava funcionando;

2º) dividimos por diretoria e fizemos o mesmo trabalho.

E em paralelo as comissões continuavam trabalhando.

Criamos um caixa através de desconto de ticket ou dinheiro em folha de pagamento. Com o tempo as pessoas foram desistindo e as comissões foram acabando e os que ficavam iam continuando.

No início foi muito forte. A Eletrosul nos elogiou muito, pois até agora fomos a única empresa que deu abertura para a comunidade e trabalhou no anonimato. As outras queriam fortalecer seu comitê (Comitê da Caixa, Banco do Brasil, Eletrosul...).

Algo que não pode deixar de ser dito é a falta de persistência no trabalho de voluntariado do ser humano. Não existe responsabilidade no trabalho social, na parte externa comunidade, não dele.

Outra questão é o reflexo da direção da empresa. Essas mudanças, cortes. Isso tudo não tem um incentivo para continuar. O único apoio que a diretoria da empresa deu foi a implantar e mais nada.

Apesar de tudo temos condições de pensar no outro que é excluído.

Após ter abordado como se deu o processo de implantação do programa da Ação da Cidadania na Telesc, explicitaremos nas páginas a seguir uma experiência enquanto estagiária e participante nesse contexto da construção da cidadania.

1.5 UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

A relação sujeito e sujeito é um processo que vai sendo construído no cotidiano. Trabalhar esta relação requer do profissional de Serviço Social um conhecimento teórico metodológico. Através desta construção vai crescendo gradualmente um novo sujeito e agente participativo.

Nossa experiência como estagiária de Serviço Social permitiu a vivência, única, de um processo de formação profissional que nos colocou e segue colocando frente a muitas realidades. Podemos compreender nesta trajetória a complexidade humana, e para problematizá-la, não é suficiente destacarmos a importância da questão econômica e dos direitos básicos (moradia, saúde, transporte, lazer, educação) enquanto tais. Mas também precisamos considerar a humanização e esta compreende, além dos direitos básicos uma relação afetiva madura e esta envolve a superação do egoísmo e a obtenção da capacidade de “dar ” a si mesmo. O reconhecimento e compreensão das energias com as quais trocamos constantemente e que são fundamentais para a nossa vida e outra atitude a serenidade.

“Parece irônico permanecer sereno frente a tantas injustiças...”, mas não é. pois, não resolveria quase nada se por numa posição de revolta e de indignação. Talvez seria procedente, apenas, num primeiro momento: para despertar a pessoa. Mas tornar essa postura padrão, não nos levará a lugar nenhum, apenas a somatização de doenças.

Essas temáticas se fazem presentes em nosso cotidiano repercutindo na família, escola, instituição, trabalho.

Enquanto estagiária podemos perceber essas questões diariamente no contexto das relações humanas. Mas neste breve texto expressaremos aos leitores algumas conclusões referente a experiência profissional enquanto estagiária na Telesc, especificamente no que se refere a nossa participação no comitê da Ação da Cidadania.

Como citado anteriormente na introdução nosso estágio se deu na Empresa de Telecomunicações de Santa Catarina. Nesta, sendo uma estatal e por ter dado abertura para a campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida foi possível a criação e participação de um comitê na empresa.

O comitê na Telesc resulta de uma mobilização nacional. Neste movimento, assim como em outros há uma proposta grupal que o mantém enquanto tal, consequente dos

objetivos individuais. Esses objetivos individuais na medida em que vão mudando, automaticamente a estrutura do grupo sofre alterações e influências. É importante destacar que a medida em que as expectativas pessoais ou grupais não estão sendo atendidas a tendência é se desligar do grupo e procurar outras vivências que o satisfaçam. O importante é que de uma forma ou de outra o ser humano esta buscando o melhor.

Antes de um objetivo há um interesse e este está interligado com os valores. Por isso a importância e a necessidade de respeitarmos os valores alheios, trabalhar com seres humanos é uma tarefa complexa, pois todos nós temos valores, desejos e culturas distintas.

Na nossa concepção saber articular nas diferenças exige, como citado anteriormente, procedimentos teórico-metodológicos e a capacidade de compreender o outro como ser humano em sua complexidade que indica seus atributos considerados positivos e a melhorar. É ainda um compreender que requer acuidade, maturidade e paciência. Entendemos por maturidade “a pessoa que está em amadurecimento, cujas ligações com a vida se tornam sempre cada vez mais fortes e ricas... É uma atitude interior, uma disposição de ânimo...” (BATÀ: 13). Estas funções são de fundamental importância na qualidade de um Serviço Social envolvido nos processos de trabalho de construção da cidadania através da participação e organização em associações de moradores, movimentos sociais, etc...

Historicamente a relação movimentos sociais - educação tem um elemento de união, que é a questão da cidadania. Esta vem sendo construída historicamente. O Programa da Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida, resulta de todo esse contexto de fome, miséria e injustiças sociais.

Nossa experiência enquanto estagiária de Serviço Social no Programa da Ação da Cidadania, possibilitou-nos elaborar algumas conclusões referente a construção da cidadania e a relação com a profissão. Situando o objetivo da campanha nacional que é além da solidariedade, lutar por uma geração de emprego, distribuição de terra e conquista de uma vida digna com os direitos básicos supridos. Vivenciamos com os participantes do grupo Itacorubi uma tentativa de construirmos juntos uma sociedade melhor. Ressaltamos uma frase do sociólogo Herbert de Souza (coordenador da Campanha Nacional da Ação da Cidadania) colocado no jornal nº 17, intitulado:

Pela ética no trabalho: “Nessa campanha aprendemos a somar e a integrar, contra uma economia que se especializou em dividir e excluir”.

Esta frase vem ao encontro ao processo de crescimento que passamos com o núcleo de Itacorubi, nesta caminhada e construção da cidadania. Olhando nossa experiência desde uma reflexão crítica podemos ir compreendendo que inicialmente os trabalhos do comitê revelaram uma conotação mais imediata e assistencialista.(ver conceito na pág.41 deste trabalho) Realizando campanhas, distribuindo cestas básicas e de natal, roupas... (ver anexos 1 e 5 do I cap.), não havendo um trabalho educacional e de reeducação com essas pessoas carentes. Embora havendo registros referente ao objetivo do comitê-núcleo Itacorubi, que era trabalhar e atuar com o bairro na área educacional e na sua infra-estrutura não foi possível nesta etapa inicial, perceber atitudes práticas para estes fins.

Gradualmente, com discussões, análises e experiência essa necessidade foi emergindo. No comitê havia um grupo de recuperação de drogados denominado “Desafio Jovem”. Este grupo pertence a comunidade Itacorubi, sem fins lucrativos e realiza trabalhos na área de prevenção e recuperação de dependentes de drogas e álcool, não somente do bairro, mas atende também na ilha e continente dentro das suas possibilidades.

No decorrer de nossas reuniões percebemos a importância de seus trabalhos juntamente com o nosso comitê. Estabelecemos um trabalho de parceria com o objetivo do comitê auxiliar na parte financeira, pois esta é uma entidade sem fins lucrativos e se mantém de doações e o grupo “Desafio Jovem” entraria com a mão-de-obra. Através dessa parceria o comitê doou uma máquina de cortar grama, proporcionando concomitante um curso de limpeza e jardinagem. Atualmente este grupo faz atendimento em toda a ilha e no continente. Realiza, também, trabalho de parceria com o posto de saúde prestando serviços de limpeza e jardinagem em troca de atendimento médico-odontológico.

Outra questão que foi considerado desde o início de nosso trabalho até a atualidade uma das atividades mais importantes no comitê, foi a reestruturação da AMAI - Associação de Moradores e Amigos do Itacorubi (ver anexo 6). O comitê foi fundamental, ou seja, o organizador dessa etapa. No bairro havia um conselho e uma associação comunitária mas nenhum atuante. Numa de nossas reuniões compareceram algumas pessoas da comunidade solicitando nossa ajuda. No decorrer da reunião o grupo optou em fazer um plebiscito na comunidade do Itacorubi, sendo que o objetivo deste seria optar pela associação, pelo conselho ou por uma outra entidade, ficando apenas uma entidade representante do bairro. A partir daí o comitê fez todo um trabalho de divulgação (rádio; na qual realizamos três

entrevistas na rádio Diário e um debate sobre cidadania com profissionais das áreas de direito e administração na rádio diário com o entrevistador/jornalista Carlos Prates; cartazes, alto falante...) colocando a atual situação, procurando fazer com que as pessoas pensassem, refletissem e discutissem sobre o que seria melhor para a comunidade. Como resultado deste trabalho a AMAI foi a entidade escolhida para representar o bairro, elegendo logo em seguida sua diretoria e que está atuando junto ao comitê. Realizamos duas festas comunitárias (ver anexos 07,08,09,10), onde cada entidade montou sua barraca, objetivando maior integração entre os moradores, exposição e venda de produtos que as próprias entidades e grupos organizados produzem no bairro. Foram realizados painéis (ver anexos 11,12,13 e 20) na Telesc com o objetivo de divulgar o trabalho e sensibilizar os funcionários da importância da participação na comunidade, e a divulgação dos trabalhos realizados pelas comunidades carentes.

Na Telesc foi realizado durante o ano 94/95-1 todo um trabalho de divulgação e sensibilização objetivando mobilizar as pessoas na participação do comitê (ver anexos 14, 15, 16). Foram realizadas palestras para o grupo de idosos. Este é um grupo cujo objetivo é o lazer, pois muitos ao longo da sua vida nunca saíram de casa para conhecer outros lugares. Este grupo veio participar no comitê devido a um convite do próprio comitê e por ser um grupo de voluntários responsáveis pelo andamento do mesmo com interesse de integração com a comunidade. Encaminhamentos de dependentes químicos ao grupo Desafio Jovem. Curso de alfabetização e reforço escolar para os funcionários de uma empresa terceirizada que prestam serviços de limpeza-cafezinho-jardinagem à telesc.

Após esses e outros trabalhos realizados pelo comitê (campanhas, doações, painéis) , os participantes foram aos poucos percebendo que dar por dar, sem fazer um trabalho não tinha sentido, pois, dessa forma se estabelece uma relação de dependência.. Resumindo o comitê vivenciou alguns momentos que me permitem desenhar sua trajetória.

O comitê vivenciou:

1º) Conhecimento e entendimento da proposta. Nesta muitos permaneciam calados, quase não participavam nas reuniões e aceitavam tudo com muita facilidade.

2º) Maior confiança e abertura. As pessoas, após um trabalho (de fazer com que as mesmas participassem, estimulando e valorizando a importância da participação de cada um), começam a se manifestar mais, buscando dar sugestões e a fazer críticas. Se expõem mais.

3º) Começam a refletir sobre as ações do comitê. Se vale a pena “dar por dar”. Até que ponto estamos ajudando e até que ponto estamos alimentando uma acomodação nas pessoas.

4º) Mudança de concepção

Após reflexões e avaliações das nossas atividades, o grupo chega a conclusão que se queremos trabalhar numa proposta de cidadania, temos que trabalhar num nível educacional. Nesta o grupo dirige e está tentando dirigir suas ações voltadas a orientação e educação.

Nesta fase encontra-se a grande meta:

Educação, emprego e investimento na infra-estrutura, adolescência e juventude do Morro do Quilombo.

Para início deste projeto foi realizado uma tarde de lazer no Morro do Quilombo (situado no bairro Itacorubi), objetivando uma primeira aproximação com a comunidade. Os resultados foram muito positivos e algumas pessoas da comunidade se interessaram pelo comitê e estão participando nas reuniões. Após realizada algumas reuniões junto a comunidade esta colocou suas principais dificuldades: drogas, saneamento básico e construção de uma creche para as mães poderem trabalhar. Para encaminhamento dessas questões o comitê convidou a Sra. Rita de Cássia, chefe da divisão da criança e do adolescente da Prefeitura Municipal de Florianópolis para conhecer os trabalhos do comitê e a comunidade do Quilombo (ver anexo 20). Desta reunião a Sra. Rita colocou que iria tentar articular junto a Secretária de Educação da Prefeitura acima citada Sra. Doroti, a viabilidade de uma creche e um CEC - Centro de Ensino Complementar para crianças de 7 a 14 anos. O CEC tem como objetivo dar oportunidade para a criança e o adolescente carente a realizar outras atividades (judô, dança, futebol, educação artística, alimentação, grupo de adolescentes, reforço escolar), fazendo um trabalho paralelo de orientação às famílias. É importante destacar que a “Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento a pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (LOAS, parágrafo único, artigo 2).

Esses estágios seguem amadurecendo e sendo construídos. A qualidade do trabalho cresce quando as pessoas estão satisfeitas e gostam de fazer o que fazem, por isso “qualidade se consegue substancialmente através das pessoas”. (BARROS: 1992, 01).

Complementamos esses momentos com as palavras de Josefa batista Lopes, quando diz que “há de se lutar organicamente no sentido da formação de profissionais que sejam capazes de atuar em todos os níveis de sua prática profissional e de sua cidadania, contribuindo para as respostas que garantem o desenvolvimento do povo a partir do cotidiano de sua vida na luta por moradia, alimentação, saúde, educação, vestuário, transporte, trabalho e lazer, até ao mais complexo exercício da cidadania por liberdade, soberania e paz. Portanto, rompendo com as práticas que aprofundam a dependência”.

Permaneceram no grupo as pessoas que se identificaram com a proposta e vêem uma razão pela qual continuem a caminhar coletivamente. Podemos perceber no decorrer do estágio que os valores individuais são fundamentais para a coesão ou não do grupo, e este é resultado dos valores e prioridades de cada participante. Além dos valores e prioridades do grupo, há de se destacar como fundamental os objetivos de cada pessoa em relação ao grupo. Do contrário muitos estarão andando sem saber para onde. Quanto a isso podemos vivenciar na prática a importância de estar sempre colocando e reformulando os objetivos do comitê, da campanha nacional. Nesses momentos percebemos que havia por parte do grupo reflexão e reformulação de idéias e posteriormente este processo desencadeava alterações nas atitudes, pelas colocações dos participantes.

“Assim sendo, a prática social não se revela na sua imediatez. O ser social se expressa através das mediações, que relacionam forma e essência, tornando-se necessário desvendar as próprias formas fenomênicas, como formas de expressão necessárias, gestadas na própria sociedade capitalista, para se apreender o núcleo da prática social”. (YAMAMOTO, 1992:117).

Percebemos que nossa vivência como estagiária permitiu-nos obter a experiência técnica-profissional e refletir sobre o ser humano. Neste âmbito, é fundamental levarmos em conta as motivações de cada pessoa, pois são estas e a própria vontade que levam a pessoa a ação. Lutar por lutar, ou porque alguém diz que é bom, é dever e obrigação de todos, sem a pessoa sentir dentro dela algo que o impulse para tal ação, sem ela sentir-se cidadã, motivada e valorizada pelo que está fazendo não tem sentido nenhum, ficando dessa forma difícil o andamento do grupo. Na nossa concepção um dos maiores desafios para o profissional de Serviço Social presente nas questões da sociedade é buscar construir um sentido de sujeito político motivado que compreende suas ações e todo o seu conjunto de complexidades.

Outra questão já citada anteriormente é sabermos trabalhar nas diferenças. O processo de articulação é uma tarefa lenta. Segundo Marilena Chauí, “Apreender as particularidades culturais que atravessam as classes sociais, resgatar o potencial criador já contido na prática cotidiana das classes subalternas, assim como fazer a crítica dos elementos conformistas, alienados que aí comparecem, introduzindo novas mediações no nosso debate sobre a dimensão política da prática profissional... É essa reavaliação da dimensão política da prática profissional e de seu vínculo com a cidadania de classe e com o aprofundamento da democratização ampla da vida social que pode nos conduzir a novas luzes na efetivação de um exercício profissional de nova qualidade ...”

II CAPÍTULO

2 - APRESENTAÇÃO

“A partir de meados da década de 70, os debates em torno das dificuldades da Reconceituação em propor uma alternativa viável para a “prática assistencialista” do Serviço Social parecem apontar para uma superação”. (GUEIROS, 1991:13).

“Passados quinze anos, durante os quais a Reconceituação não passou de um movimento de negação ideológico do serviço social, sem maiores consequência práticas”,(SANTOS, 1982:172) surge aos poucos um processo de maturação. Inicia um estudo mais sistemático utilizando categorias marxistas que permite identificar aspectos idealistas e voluntaristas na postulação do Serviço Social conceituado.

Ao recuperar essa perspectiva de análise que privilegia o caráter contraditório do movimento de reprodução do capital, tendo como consequência as contradições sociais, o Serviço Social deixa de excluir essa realidade das classes subalternas. Também ele reproduz “pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demanda do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela medição de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como ao mesmo tempo e pela mesma atividade da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e de reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história” (YAMAMOTO e CARVALHO,1982:75).

Dessa forma deixa de agir sob os dois extremos: de um lado o conservadorismo e do outro a revolução e passa a atuar sob novos paradigmas, alterando a própria especificidade da profissão na realidade brasileira, comprometendo-se com os interesses da classe subalterna.

Dentro de seu campo próprio, negando o assistencialismo e recuperando a assistência, sobressai com clareza a compreensão do significado dos serviços sociais como expressão de direitos inerentes a cidadania. A cidadania vem sendo construída historicamente pela luta dos excluídos, tendo como objetivo a universalização dos direitos, sem privilegiar grupos diferenciados.

É importante destacar que não é a prática do serviço social, ou melhor, do assistente social que constitui a cidadania, mas este serve como facilitador da concretização da conquista da cidadania.

Através dessa pequena introdução explicitamos a importância do estudo desse tema para a prática profissional de serviço social. Tendo conhecimento da importância deste tema é

que surgiu o interesse de conhecer mais de perto como se dá esse exercício da conquista da cidadania.

Esse trabalho tem quatro objetivos:

- o primeiro seria fazer uma relação da importância da cidadania com o serviço social;
- o segundo seria numa relação dinâmica; digo dinâmica porque os entrevistados se fazem presente o tempo todo; construir junto com os mesmos e diversos autores que pesquisam esse tema, um conceito de cidadania;
- o terceiro objetivo seria analisar as possíveis causas da desistência e das motivações no grupo do comitê da ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, dos primeiros participantes da teleesc;
- um quarto objetivo seria analisar outras temáticas em relação aos três comitês atuantes, (Itacorubi, Educação e Regional) que se fazem presentes no terceiro capítulo.

Nossa metodologia, para esta pesquisa, foi através de perguntas abertas (total de 10) abrangendo o universo de cada grupo (que somam 4), totalizando um número de 36 entrevistados. Quanto ao roteiro de perguntas, os leitores encontrarão fixados no anexo.

Gostaria de ressaltar que este primeiro capítulo é uma tentativa de construção em torno do conceito de cidadania. Tentativa porque esse assunto, ou temática, tem muito a ser discutido e vai sofrendo mutações de conceitos e aspirações conforme a realidade histórica.

2.1 CIDADANIA - CONCEPÇÕES

Iniciando nossa reflexão referente ao conceito de cidadania, que é a primeira etapa da pesquisa, gostaria de destacar que a “consciência é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos de suas vidas”. (SANDOVAL; 59).

Peter Berger, complementa essa colocação, colocando que “toda realidade social tem um componente essencial de consciência. A sociedade é vista como uma relação dialética entre o dado objetivo e significados objetivos - isto é, como sendo constituída pela interação recíproca do que é vivenciado como se estivesse dentro da consciência do indivíduo”. Esses dois autores vem ao encontro do que citaremos como resultado da pesquisa, pois cada ser humano possui uma

concepção diferenciada sobre a palavra cidadania. Para fins didáticos dividiremos o resultado desta 1ª etapa da pesquisa em algumas categorias, as quais citaremos abaixo:

- . **Conservadora** - Direito nato
- . **Religiosa** - Fraternidade / Cristianismo
- . **Coletividade** - Participação / M.S. / Lutas / Educação / Democracia
- . **Justiça** - Distribuição de renda / Direitos e Deveres (liberdade de escolha)
- . **Poder** - Poder / Status
- . **Singularidade** - Processo individual
- . **Genérico** - Todos iguais

Percebemos pelas categorias acima que as opiniões (embora participando de um mesmo movimento social), são divergentes referente ao conceito de cidadania.

Pelas falas dos entrevistados destacaram-se essas categorias, segundo nossa análise da pesquisa. Não significa que um outro leitor não possa encontrar outras e até mesmo discordar de algumas dessas categorias acima citadas.

O importante é que o leitor mantenha-se numa postura crítica o tempo todo, objetivando um maior enriquecimento para esse trabalho.

A cidadania é uma problemática e um interrogante cujos desdobramentos são fundamentais para a construção da democracia brasileira. A cidadania está constantemente ligada à noção de nacionalidade, à direitos políticos.

No cotidiano da vida de um brasileiro existem inúmeras situações em que é necessário o exercício da cidadania. Alguns dos direitos à cidadania dizem respeito às liberdades individuais. É o caso da liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de fé, de propriedade e de acesso a justiça.

Um de nossos entrevistados ilustram essa colocação acima citada:

“Cidadania é liberdade de ir e vir, ter direitos respeitados”. (Anexo II, A.3 item A).

Esses direitos estão explicitamente citados na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, especialmente nos artigos nº 17 que tratam do direito a propriedade, nº 18 que se refere a liberdade de pensamento, consciência e religião, do artigo 19 que cita o direito a liberdade de opinião e expressão e dos artigos 6ª a 8ª que falam do direito a justiça legal.

Marshall entendia que a cidadania era composta de direitos. Uma parte que envolvia os direitos civis, outros direitos políticos e por último os direitos sociais:

- civis - composta pelos direitos necessários às liberdades individuais, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de pensamento, de fé, propriedade, de fazer contratos, de ter acesso, a justiça, etc.

“Cidadania é uma condição pessoal atingida quando a sociedade proporciona ao indivíduo os direitos civis, direitos políticos e sociais”. (Anexo II, A.2 item A).

Depois ele distinguia uma outra parte da cidadania, que era a política, ou seja, envolveria mais propriamente os direitos políticos do cidadão: o direito de participar no exercício da política e, principalmente, o direito de votar e ser votado.

“Cidadania é participação ativa na sociedade, ter direitos e deveres e conhecimento para poder exercer...” (Anexo II, A4 item D).

Após, ele distinguia um terceiro componente da cidadania, que compreendia os chamados direitos sociais, fundamentalmente o direito de ter um mínimo de bem estar social.

É impossível falar de direitos sociais sem considerarmos liberdade, igualdade e justiça.

Quando falamos em igualdade não deixamos de considerar as diferenças existentes entre as pessoas, isto é, que cada indivíduo possui uma identidade, pois cada pessoa é única, singular. Desta forma é preciso preservar a autêntica identidade pessoal de cada um.

“Os homens são desiguais física e espiritualmente, com distinto nas suas aspirações de realização pessoal”. (Osório, 1982: 07)

Falamos em igualdade no sentido de que todas as pessoas tenham os mesmos direitos e deveres sem privilegiar determinados grupos. A desigualdade a qual devemos repudiar é aquela criada pela sociedade que é acrescentada à desigualdade natural e biológica.

Marshall entendia que os direitos civis foram característicos do século XVIII, os direitos políticos do século XIX e os direitos sociais do século XX.

Para Marshall, a cidadania é status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. A classe social por um outro lado é sistema de igualdade.

“A pessoa passa a fazer parte da cidadania quando tem status. Quem tem, tem, quem não tem bate palma. A maioria das pessoas não exercem a sua cidadania”. (Anexo II, A4 item 0)

No Século XX o desenvolvimento da cidadania exerceu pouca influência na diminuição das desigualdades sociais. Os direitos sociais compreendiam um mínimo e não faziam parte do conceito de cidadania. A finalidade comum das tentativas voluntárias e legais era diminuir o

era diminuir o ônus da pobreza sem alterar o padrão de desigualdade do qual a pobreza era obviamente a consequência mais desagradável.

“A cidadania exige um sentimento direto de participação numa comunidade baseada numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, incluídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta de adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos”. (Marshall, 1967:80).

Um outro entrevistado complementa essas colocações falando que “cidadania é ser morador de um determinado lugar e ali goze de direitos civis e políticos, de um determinado Estado. O verdadeiro cidadão além de escolher conscientemente os seus representantes não pode ficar esperando que eles sozinhos venham a resolver todos os problemas sociais. Ele deve ser atuante no meio em que vive e agente transformador buscando a cooperação mútua. O verdadeiro cidadão além de seus direitos básicos (serviço militar, voto, impostos, vida ativa e profissional) deve cooperar com os Movimentos Sociais, pois visam transformação no nosso meio e a solução de problemas existentes”. (Anexo II, A1 item D).

Pedro Demo dá sequência a esse raciocínio, associando o conceito de cidadania ao processo emancipatório que começa com o questionamento crítico. “Cidadania não pode jamais ser reduzida às condições subjetivas, como se consciência crítica e organização política da conquista coletiva de base. Cidadania de base começa com o reconhecimento crítico, de que a desigualdade histórica é usurpação; injusto, portanto”. (DEMO, 1990: 64)

Essa face política da conquista coletiva desemboca numa palavra chamada participação, ou como ele mesmo intitula num de seus livros “Participação é conquista”. Essa conquista é um processo num constante vir a ser, sempre se fazendo, por isso, é autopromoção e existe enquanto conquista processual.

Esse mesmo autor nos coloca que não é realista apresentar a falta de espaço de participação como problema em si, pois isso, é apenas o ponto de partida, ou seja, primeiro encontramos a dominação depois vem a conquista pela participação. Caso contrário estaríamos compactuando com o assistencialismo, participamos se somente concederem a possibilidade.

“Cidadania é a consciência que a pessoa possui de ser um cidadão, ou seja, que ela está inserida na sociedade. Sendo assim, ela passa a ser um sujeito que possui direitos e deveres”. (Anexo II, A1 item F).

A conquista de uma maior participação é um processo lento e requer persistência devido as suas dificuldades.

Muitas desculpas são justificação do comodismo.

Acrescentaríamos também a falta de interesses e a escala de valores, ou seja, o que é importante para um, pode não ser para outro. E isto está relacionado com a história de vida de cada um. O fato é que quando mais irmos ao encontro do outro, com o intuito de esclarece-lo, respeitando sua individualidade, maior será a nossa tendência de melhorar situações ou problemas voltados ao lado social e interesses de todos. E isso necessariamente começa por nós, pois, se queremos uma sociedade melhor temos que começar por nós mesmos a fazer alguma coisa.

“Cidadania é que todas as pessoas deveriam trabalhar o meio em que vivem no mínimo, para que o bem comum se fizesse mais presente, como educação, lazer, incentivo ao trabalho e respeito mútuo”. (Anexo II A4 item P).

A palavra “todas”, expressa : eu, tu, ele, nós, vós, eles, ou seja, cada um fazendo a sua parte.

Como citado anteriormente a participação está ligada aos valores individuais. Complementando essa colocação uma das pessoas entrevistadas nos coloca que “a participação é motivação”, o que é equivalente a dizer que os dois são indissociáveis. A motivação (motivar-se por uma ação) nos remete a uma participação e esta é alimentada pela motivação.

A participação da qual estamos nos referindo é a dos movimentos sociais, pois é o foco que nos interessa abordar neste trabalho. Deixamos claro que não desconsideramos os outros tipos de participação (entidades religiosas, místicas, clubes...) a qual é importante para o desenvolvimento do ser humano.

Um outro entrevistado nos coloca que “Deve-se atuar no meio em que vive e deve-se cooperar com os movimentos sociais, pois, visam transformação no nosso meio e a solução dos problemas existentes”. (Anexo II, A1 item D).

Percebemos pela fala que este, considera a participação como um meio de transformar a realidade e conquistar a cidadania.

Uma outra questão ligada a categoria da coletividade e que é de fundamental importância para a conquista da cidadania é a democracia, a qual está expresso em umas das falas dos entrevistados :

“Cidadania é o processo de redemocratização (...) São movimentos que expressam a democracia da sociedade para o Estado, visando uma vida social menos estigmatizada, juntando

interesses sociais, criando a partir daí um novo sujeito social que, cultiva direitos e deveres comuns, tornando a democracia um exercício constante e cotidiano”. (Anexo II, A2 item F).

A redemocratização e a democracia estão intimamente ligadas ao processo de organização e participação comunitária, pois, um não pode concretizar-se sem o outro.

“Democracia é uma planta tão essencial, quanto frágil. É extremamente mais fácil matá-la, do que trazê-la ao amadurecimento”. (Demo, 1988 : 73)

A democracia é um sistema sócio - político, onde procura negociar os conflitos e as divergências historicamente construídas. Nesse contexto encontra-se o profissional de Serviço Social que procura articular e mediar essas relações, com o objetivo de resolver ou amenizar junto a população essas contradições.

A democracia não é algo predominante na nossa história, pois, os conflitos e as divergências sociais estão historicamente marcadas pela injustiça e esta se manifesta pela má distribuição de terras, pelo descaso na política agrícola fazendo com que os pequenos proprietários, iludidos por uma vida melhor vendam suas terras e venham morar nos grandes centros urbanos (êxodo rural) , acarretando “inchaços” nas periferias.

“Cidadania é contribuição para uma melhor distribuição de renda”. (AnexoII, A4 item J).

Também se manifesta na falta de informação e execução dos direitos e deveres da população.

O alicerce fundamental para que se fosse concretizar a justiça social é o princípio de que todos os homens possuem os mesmos direitos, sem qualquer tipo de privilégio. É necessário enfatizar que : “A igualdade é pressuposto da liberdade e da fraternidade, porque esta não pode existir senão entre homens livres e iguais.

A liberdade e a igualdade unidas constituem a justiça”. (Osório, 1982 : 13)

Um entrevistado complementa esta citação colocando a seguinte afirmação : “Cidadania é o direito que cada pessoa deveria ter para viver e não sobreviver, com dignidade, tendo como base : moradia, saúde, educação e trabalho”. (Anexo II, A1 item G).

Cada um de nós tem uma contribuição a dar no sentido de fazer com que a sociedade caminhe rumo a realização dos princípios da justiça social, fazendo com que a igualdade, a liberdade e os direitos humanos extrapolem os discursos e façam parte do dia a dia, da realidade concreta de todas as pessoas. “O Brasil é um dos países onde se registram as maiores taxas de desigualdade social”. (Sposati et alli, 1985: 11-12)

O autor Barbosa (1983 : 102) coloca que para construirmos uma sociedade mais justa é preciso que assumamos integralmente em nosso cotidiano, na família, na escola, no local de trabalho, no sindicato, na igreja, no partido e nas relações com o Estado a responsabilidade na construção dessa sociedade. Quer através de uma ação direta, quer através da conscientização dos menos informados, quer através das denúncias sobre as injustiças cometidas.

Segundo Pedro Demo é de fundamental importância estabelecer na sociedade o processo de conquista de direitos, à medida que, surge a noção de sujeito social. Sob esta perspectiva está a noção de estado de direito contra o estado de privilégio.

“Toda estrutura de poder destituída de controle democrático, já nisto é corrupta, pois poder sem controle significa poder desmandado. A forma mais coerente de controle é o direito, através do qual estabelecem regras comuns de jogo, para que haja poder e não violência como regra. É a maneira operacional de garantir um mínimo de concreção à idéia da “igualdade de oportunidade” perante à lei, ainda que na prática todos sejamos desiguais.”(CARDOSO, 1984: 45,46; MOISÉS et alli, 1982; LUSTOSA, 1985); SINGER e BRANT, 1984; DELLES 1982).

“Cidadania é o direito nato de cada pessoa”. (Anexo II, A1 item C).

Como foi citado anteriormente, a desigualdade se faz presente em nossa história. Durante muitos séculos a pobreza e a riqueza eram vistas como algo nato da pessoa. Percebe-se isso mais nitidamente no sistema de governo absolutista, onde o poder/trono era passado de pai para filho, de geração para geração, não dando nenhuma oportunidade aos que não faziam parte da família de nobres.

Assim como o sistema de governo absolutista, a igreja, especialmente a católica exerceu e ainda exerce muita influência nas pessoas devido ao seu poder econômico e social. Atualmente existem setores comprometidos com propostas de movimento sociais e com a cidadania, democratização das relações de poder, com a participação e redistribuição da riqueza, mas ainda é marcada pelo dogmatismo. Isso está expresso em uma das falas:

“(...) As pessoas tem que ser cristãs. Hoje em dia elas estão com pouca fé. Quem foi Deus? Quem é Deus? São poucos os que se perguntam. As pessoas tem que acreditar que existe algo além da morte/matéria”. (Anexo II, A3 item E).

Essa frase nos remete a uma reflexão de cunho religioso, autoritário, onde as pessoas “tem que acreditarem” e não questionarem sobre os fatos. Demonstra o forte dogmatismo

impregnado nas pessoas e o quanto a religião ainda influencia nas pessoas. Não estamos pondo em questão o fato de ter ou não uma religião, mas o quanto ela influencia.

Após essas considerações conceituais, concluímos que cidadania é o próprio direito a vida no sentido pleno. Esse direito deve ser construído coletivamente, ou seja, cada um fazendo a sua parte, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a outros níveis melhores de existência. No entanto, é preciso ter claro que as dificuldades são muitas.

Segundo Faleiros, o assistente social deve estar sempre em busca do processo de tomada de consciência, que por sua vez é um processo real que muda as relações entre os profissionais e as normas da instituição e este conflito que existem nas instituições nos mostram que elas são lugares de luta, são lugares em que as forças se enfrentam, e é neste sentido que nós podemos entender o processo de mediação.

Diante disto, nossa tarefa é ir em busca de uma prática conscientizadora compromissada com a população e com o usuário. E principalmente, assegurar que os direitos à cidadania não sejam vistos como favores dados pela instituição, mas como um dever da instituição e um direito do usuário, fruto de políticas sociais.

Somos incumbidos ainda de praticar e “acreditar” que a democracia e consequentemente a cidadania se constrói a todo instante, nas relações sociais, da qual fazemos parte.

Faz-se necessário, sermos solidários com os usuários e com todos os indivíduos, sempre buscando formas possíveis de justiça, igualdade, liberdade, etc.

Enfim, resgatar o desejo, a esperança, despertando em si e no outro a crença no futuro, enquanto uma possibilidade promissora, redescobrimo o verdadeiro sentido da utopia.

III CAPÍTULO

3 - APRESENTAÇÃO

“A conquista e o exercício da cidadania se faz através da conscientização, da educação e participação na vida comunitária, social, política e econômica da Estado. Necessita-se de ação educativa e cultural na construção da cidadania. A eliminação das desigualdades sociais nas relações de trabalho em espaços públicos e regionais e a superação da marginalidade econômica, social e política devem ser encaminhados através de abertura de novos espaços da cidadania e também pelo planejamento transparente e democrático da ação estatal”.(Relatório da 1º CONSEA, 1995:144-5).

São através destes espaços que a sociedade civil, classe popular e intelectuais orgânicos se organizam e participam na luta pela conquista da cidadania e pressionam o Estado para que este cumpra seus deveres constitucionais.

Esses espaços são construídos historicamente através de movimentos sociais que usam mudança de estrutura da sociedade vigente. A campanha da Ação da Cidadania, enquanto movimento social teve como objetivos a luta pelo emprego, democratização da terra, justiça social, solidariedade e participação efetiva na sociedade. Neste 3º capítulo abordaremos essas questões e veremos como as pessoas dos respectivos comitês pensam:

- a.1) sobre a proposta ;
- a.2) sobre suas motivações;
- a.3) sobre as atividades realizadas;
- a.4) sobre o intercâmbio;
- a.5) sobre os avanços e transparências;
- a.6) sobre a avaliação do comitê e a participação das pessoas.

Após essas considerações passaremos ao primeiro item referente a proposta.

3.1 SOBRE AS PROPOSTAS

Ser cidadão não é só eleger em um candidato, não é só estar filiado a um partido, não é ser de esquerda ou de direita. A prática política do cidadão pode e deve ser mais ampla e abrangente, mas ao mesmo tempo, simples e cotidiana. O exercício da cidadania é uma atividade permanente que, aos poucos, a sociedade começa a praticar.

Nesta sociedade não somente marcada por injustiças, mas também por conquistas, surge a Ação da Cidadania e deste movimento é importante ressaltar que vivenciou dois momentos e agora está numa 3ª fase, bastante desafiadora.

É de suma relevância destacar os três eixos ou fases em que o movimento atuou e ainda continua atuar:

1º) atendimento de urgência a situações de fome localizada (1993 - início do movimento);

2º) geração de empregos (1994);

3º) democratização da terra (1995 - fase atual).

Dessa forma, serão trabalhados os primeiros fatores da fome, as políticas econômicas que geram desemprego e as políticas agrícolas que provocam concentração de renda, fabricam miséria no campo e comprometem a segurança alimentar.

“A proposta é muito boa. Betinho se preocupou desde o início, não com a fome, mas com empregos, educação... Está sendo uma das melhores para o país no momento. Abrange sociedade civil e governo”. (Anexo III, 21.4, item G).

Neste segundo momento é importante ressaltar que o grande feito foi o de ter colocado o problema de emprego na pauta do debate político brasileiro.

“Logo no primeiro ano nós já tínhamos emplacado a proposta da luta contra a fome e a miséria na pauta nacional, o que gerou muitas controvérsias sobre o caráter assistencialista ou paternalista da distribuição de comida. A questão do emprego veio para reforçar a idéia de que a luta contra a fome e a miséria era pra valer e é uma proposta que ninguém conseguiu criticar. Tanto que todos os principais candidatos à Presidência da República colocaram os empregos como prioridade. Isto representa um grande ganho em relação ao passado, porque o Brasil sempre teve miséria mas ela nunca foi prioridade no debate nacional”. (Hebert de Souza, 1994: 03).

“A proposta está sendo uma das melhores para o momento. Abrange sociedade civil e governo. Esta parceria mais a pressão do povo poderá melhorar, mas levará muito tempo”. (Anexo III, 21.4 item G).

Percebemos que a conscientização é um trabalho lento. A ação da cidadania avançou, principalmente neste ano de 1995, onde as propostas são de democratização das terras. Nestes

avanços destacam-se geração de empregos, campanha adote um educador, fabriquetas de sabão, feiras comunitárias, etc...

Referente a esses tipos de trabalho de uma forma mais libertária, destaca-se um entrevistado com o seguinte conceito: “A proposta é importante na medida em que busca superar o assistencialismo e envolve o povo marginalizado, na luta pela auto-organização”. (Anexo III, 21.2 item A).

Percebemos que as pessoas, hoje, estão mais conscientes, o trabalho nas comunidades periféricas estão aumentando e a qualidade também. Isso é perceptível através dos resultados das diferentes conquistas.

Centenas de iniciativas estão sendo experimentadas. É importante termos claro que os problemas estruturais de nossa sociedade não serão solucionados por aí, mas as experiências demonstram que, havendo solidariedade, os desempregos encontram soluções criativas para assegurar sua sobrevivência.

Um outro entrevistado complementa o parágrafo acima: “A proposta é válida, uma vez que redireciona o sentido da assistência social no Brasil, enfatizando a solidariedade no lugar do assistencialismo”. (Anexo III, 21.4 item P).

Também é importante colocar que neste segundo momento da Ação da Cidadania, os comitês se mobilizaram para que houvesse políticas de empregos, encaminhados também sob projetos.

Segundo Hebert de Souza a realidade brasileira tem um dinamismo pra frente. Ela trabalha com a informalidade, com a dinâmica da sociedade. Acredita que se não houvesse esse dinamismo na sociedade e na Ação da Cidadania a nossa situação poderia estar muito pior.

Além de programas e políticas ligadas à Segurança Alimentar e de alimento barato, geração de emprego, surge um outro desafio para a Ação da Cidadania que é a questão da terra, “vista até hoje como um (...) sinal de contradição e conflito, de violência, de morte, de privilégios... Isso torna muito difícil falar de terra no Brasil. Eu acho que nós temos uma oportunidade, agora, de mostrar que terra é comida, terra é alimento, terra é trabalho e, portanto, terra é emprego, terra e democracia”. (Hebert de Souza, 1994:03).

Para ilustrar essa questão a Ação da Cidadania, sob um âmbito geral, tem várias experiências que vale a pena ressaltar. Dentre eles podemos destacar alguns, aos quais já estão tendo um resultado bastante positivo.

Em Itumbiara, Goiás, foi desenvolvido um projeto em 1993, das empresas públicas em emprestarem terrenos ociosos para o plantio de alimentos. A idéia surgiu com a cessão de 92 hectares de terras, através de um contrato de comodato (aluguel da terra), gratuitamente durante três anos com a possibilidade de renovação. Quanto ao abastecimento de água e energia e equipamentos as empresas e a prefeitura do local se responsabilizaram. Um outro exemplo segue em Terezina - Piauí, onde a EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária resolveu dividir 5 hectares de terra ociosa, localizada em um bairro pobre da periferia, em pequenos lotes para serem administrados pela comunidade. Além de ceder o terreno, a empresa prestou assessoria técnica, responsabilizando-se pelo preparo e custeio do plantio de feijão e milho. O projeto está beneficiando cerca de 90 pessoas de 15 famílias pobres do bairro.

“A proposta é boa. Oferece o caníço e ensina a pescar. Betinho deu a mão para que outros se levantassem e melhorassem e não dar tudo de mão beijada”. (Anexo III, 21.4 item H).

Outro exemplo foi dado pelo fazendeiro Geraldo Gonzaga, Goiás, que não só cedeu 600 hectares de suas terras para o plantio de arroz e feijão, como também está trabalhando na terra.

Como citado anteriormente essas experiências não resolvem os problemas estruturais, pois, “a própria lógica da concentração do capital impede na prática considerar o social como fim, mantendo o econômico como meio. Isso leva a reconhecer que a desconcentração da renda não provém do lado econômico, mas do lado político (pressão e conquista da cidadania). Todo trabalhador precisa de formação básica adequada, universitária” (DEMO, 1994:101).

São necessárias mudanças profundas que passam por revisão do Estado, da desconcentração de renda, da superação do paternalismo, do manejo da dívida externa, do esvaziamento do campo e inchamento das cidades.

Pedro Demo acrescenta que a desconcentração da renda depende mais da cidadania do que da economia. A cidadania é conquistada sobretudo.

Veremos no próximo item como as pessoas se motivaram e desmotivaram em relação a propostas e aos trabalhos do comitê.

3.2 SOBRE SUAS MOTIVAÇÕES

A motivação é tema de suma importância para se compreender a personalidade do ser humano nas fases do seu desenvolvimento biológico, psicológico e consciencial. É por intermédio dela que pode identificar o estágio evolutivo da personalidade, pois apresenta relação direta com as maturidades e imaturidades pessoais e até mesmo grupais, na atitude de discernir entre o que é útil e prioritário para si ou para seu grupo. Entendemos por maturidade a fase na qual determinada consciência atinge seu clímax de suas atuais possibilidades de manifestação. Isso abarca desde um bebê na sua fase intra-uterina quando já está “pronto” para nascer, de uma criança até a velhice. A criança de acordo com sua idade, pode estar tendo manifestações maduras ou imaturas. Assim como um adulto pode estar se comportando como um adulto (sua real condição) ou como um adolescente, não vivendo sua fase atual e desperdiçando tempo (Síndrome de Peter Pan).

O nível motivacional surge e emerge na humanidade nas fases do desenvolvimento histórico da pré-história até nosso atual momento.

Entendemos por motivação o conjunto de fatores que impelem a realização de uma determinada ação. Dessa forma todo comportamento é motivado. Verificamos que a motivação é de origem interna ao indivíduo, podendo ser ativada por fatores intrínsecos (biológicos, conscientes, inconscientes, etc).

“Minha motivação foi porque sempre gostei. Passei por miséria e fome. Para mim mostraram o caminho, lutei e hoje estou na Telesc”. (Anexo III, 22.4 item I).

Percebemos que sua experiência de fome e frio, tornou-a mais fraterna perante as outras pessoas que passam pela mesma situação na qual ela vivencio. Essa situação motivou-a de alguma forma a realizar um hetero-auxílio.

Um outro fator que pode ativar a motivação é o extrínseco (sociais, ambientais, etc).

“Minha motivação foi a angústia de ver as pessoas excluídas do processo social”. (Anexo III, 22.2 item B).

Percebemos que mesmo sua motivação sendo algo intrínseco a ele, a mola que o impulsionou foi algo externo, ou seja, as pessoas excluídas do processo social.

O motivo funciona como o gerador da motivação. O motivo é tudo aquilo que dirige ou influencia a vontade de um animal ou ser humano para atingir um objetivo.

Dentre os motivos encontra-se a necessidade. Uma pessoa com necessidade de comer é conduzida a se alimentar. Nesse caso a fome atuou como desencadeadora da ação. Podemos trazer esse exemplo para a nossa pesquisa.

“Minha motivação foi a necessidade de colaborar com a comunidade nas suas necessidades”. (Anexo III, 22.1 item C).

Percebemos que a palavra “necessidade” está ressaltada na frase. Seu motivo foi a sua própria “necessidade de colaborar com a comunidade” (fator intrínseco) e o que a impulsionou para tal ação foram as necessidades dessa mesma comunidade (fator extrínseco).

Neste tópico é importante questionarmos como Assistentes Sociais:

- qual ou quais os motivos que nos fazem prosseguir nesta profissão ?
- o que nos motiva a trabalharmos em grupo e não individualmente ?

Aparentemente são perguntas fáceis de responder, mas muitas vezes esquecemos de nos perguntar o que conseqüentemente sem esta resposta clara em nossa mente, leva-nos a um descrédito de nosso próprio trabalho. Isso percebemos naquele modelo de um Serviço Social reprodutor e burocratizado (ainda existente) que se acomodou atrás de uma mesa, com as dificuldades, não abrindo perspectivas de novos trabalhos e transferindo sua responsabilidade para terceiros.

Também considera-se o desejo como motivo. Constata-se isso no seguinte exemplo:

Uma criança varre a casa porque sua mãe tinha prometido que se fizesse isso ganharia um brinquedo. Verifica-se que o desejo de ganhar o presente motivou a criança a varrer a casa e a recompensa, o brinquedo, serviu como incentivo.

Transportando esse exemplo para nossa vida prática profissional verificamos que alguns dos nossos desejos, independente de paradigmas, é a justiça social, melhores condições de vida da população... e a nossa recompensa está em podermos ver uma maior conscientização das pessoas as quais convivemos diariamente. O meio de se chegar a isso é através do esclarecimento, e a “tarefa do Assistente Social é trabalhar, até por vezes como assessor, como colaborador de uma ampla camada de trabalhadores, tendo como objetivo a busca de decisão, de poder, sobre aqueles bens e serviços que são produzidos por essa camada de trabalhadores”. (CAMPELLO, 1985:58).

O prazer também influi na motivação, pois uma pessoa que faz aquilo que gosta, que sente prazer, tende a fazê-lo com mais dedicação e satisfação.

“Para mim, a motivação foi pela sensação de felicidade que sinto quando ajudo alguém”. (Anexo III, 22.4 item B).

Quando a pessoa faz algo que gosta, isto lhe trará a sensação de felicidade. Isso não significa que a pessoa deva fazer o que tenha maior facilidade, pois, quando uma tarefa é extremamente fácil e torna-se mecânica, o interesse pela tarefa diminui e conseqüentemente a motivação para realizar.

“Minha desmotivação foi pela falta de tempo e acomodação. foi muita técnica e pouco humanismo. Faltou o lado humano. As assistentes Sociais são muito frias.”(Anexo III, 22.4, item G)

Percebemos que a desmotivação é algo interno, mas pode ser ativada por fatores externos. Não podemos esquecer enquanto profissionais de Serviço social que trabalhar com pessoas requer conhecimentos básicos de psicologia humana. É imprescindível unirmos o teórico metodológico com o psicológico, podendo dessa forma atender melhor o usuário.

Temos que ter claro a nossa real possibilidade de ação enquanto profissionais de Serviço Social que atua com usuários diferenciados. é importante colocar que os desafios para o ser humano, são os principais elementos motivadores e catalizadores da ação, portanto, que se conforma em desenvolver atividades bem abaixo de seu potencial com o tempo é tomado de melancolia e vão aparecendo sinais de apatia podendo gerar casos de doença clínica cuja correção não se dará através de antidepressivos e psicofármacos, mas somente atuando na raiz do problema e aceitando com coragem enfrentar os desafios.

“...Era tanta, tanta reunião que não se chegava a lugar nenhum. Era um saco. Não sei pra que um negócio desse ter tanta reunião. Isso tem que ser fogo rápido ...”. (Anexo III, 22.4, item I).

Quanto aos desafios é importante colocar que muitos preferem não enfrentá-los, colocando várias desculpas e transferindo sua responsabilidade para terceiros, deixando de agir em função de opiniões alheias. Percebemos em algumas das entrevistas:

“Minha motivação se deu pelo desprestígio dos colegas, o pouco caso e a descrença dos colegas em relação ao movimento”. (Anexo III, 22.4 item F).

Quanto a falta de coragem e motivação para enfrentar os desafios, alguns colocam que foi por comodismo, assumindo essa postura:

“Minha desmotivação foi o comodismo”. (Anexo III, 22.4 item D).

Muitas vezes o comodismo se torna uma desculpa, quando este é transferido para os outros, ou seja, “minha desmotivação se deu pela falta de solidariedade daqueles que poderiam fazer algo mais”. (Anexo III, 22.4 item N).

A motivação é interno à pessoa, mas também depende de certa forma, dos fatores externos. Um sustenta o outro - relação dinâmica.

Quando falamos em motivação/desmotivação é importante termos claro que é uma relação dinâmica entre os fatores intrínsecos e extrínsecos. Dentro dos valores intrínsecos vale ressaltar que existe os fatores predominantemente mais instintivos (ex.: pessoa que rouba para comer, criança que está com fome e chora compulsivamente sem parar...) e fatores predominantemente racionais, ou seja, fatores onde predominam a racionalidade, variedade de motivos, ultrapassando a primeira questão básica que é a própria manutenção do organismo vivo. Neste a pessoa participa ou se motiva por questões de realização pessoal ou de responsabilidade a nível de mudança cultural na sua comunidade ou sociedade. É um processo racionalizado, onde a pessoa percebe a importância de realizar algum tipo de assistência. Talvez seja uma das causas dos movimentos populares serem iniciados por agentes de pastorais, assistentes sociais, sociólogos, intelectuais orgânicos, etc... Estes não tem como prioridade, somente o “seu ganha pão”, mas algo que ultrapasse essa necessidade básica.

Isso é perceptível através de um entrevistado que coloca que sua motivação foi “trabalhar para ajudar aqueles que necessitam. E dar ao próximo uma visão melhor de existência”. (Anexo III, 22.4 item A).

Referente a responsabilidade acima citada, percebemos através de um outro entrevistado: “Minha motivação foi o desejo de ver modificada a cultura paternalista e de passividade existente na telese e o desejo de contribuir para uma mudança nesse país”. (Anexo III, 22.4 item P).

Assim como a motivação tem seus atributos intrínsecos e extrínsecos, a desmotivação também está relacionada a esses dois fatores. Nos fatores intrínsecos pode-se incluir o desinteresse (ligado tanto ao lado interno quanto externo), a falta de força de vontade, hierarquia de valores, falta de paciência histórica, desilusão, acomodação e outros. Percebemos isso através das seguintes frases:

referente ao desinteresse, “Minha desmotivação foi o desinteresse dos colegas, falta de credibilidade dos colegas, falta de posicionamento dentro do próprio comitê, sem respaldo da chefia e por acomodação”; (Anexo III, 22.4 item A);

falta de força de vontade, “Minha desmotivação se deu porque não tenho como sair da auditoria interna. E como está, não tenho vontade de voltar. Fugiram muito do objetivo inicial, que era distribuir cesta no morro. Agora estão se envolvendo até com associação de moradores”; (Anexo III, 22.4 item J);

falta de paciência histórica, “(...) Não sei pra que um negócio desse ter tanta reunião. Isso tem que ser fogo rápido (...)”; (Anexo III, 22.4 item I);

hierarquia de valores, “O que me fez desistir foi por falta de tempo e ter ido como chefe e não como cidadão”; (Anexo III, 22.4 item E);

desilusão, “(...) reuniões do comitê sem critérios, objetivos, falava-se muito e pouco ação”; (Anexo III, 22.4 item Q);

acomodação, “(...) e por acomodação”. (Anexo III, item H);

nos fatores extrínsecos podem estar relacionados a **falta de comunicação entre o grupo**, “as idéias eram unilaterais e muito direcionadas (...)”; (Anexo III, 22.4 item C);

incoerência entre a proposta e seus objetivos da própria prática, “os rumos que o movimento tomou, com conotação de assistencialismo, ou melhor, de filantropia, desviando-se dos objetivos do movimento”; (Anexo III, 22.4 item P);

desvalorização e descrédito no participante, “não tinha valor o que nós falávamos, as opiniões eram cortadas”. “As idéias não eram aceitas. Não tínhamos respaldo. Citava a idéia e levava bronca na frente de todos. Algumas idéias que colocava falavam que já haviam discutido. Falava em tom de cobrança. (...) Vi que não precisavam de mim. Não tinha autonomia o que falávamos. Sempre éramos cortados (eu e alguns colegas). (...) Não vou perder tempo onde não sou necessária e não precisam de mim”; (Anexo III, 22.4 item C);

falta de abertura na participação efetiva-centralização, “... A participação não era de todos, mas um grupo que decida...” ;(Anexo III 22. 4 item C); “Ficou muito centralizado e apagado...”;(Anexo III 22.4 item M);

relacionamentos interpessoais mal trabalhados, “... Outra foi a inveja e o ciúme dos colegas. Eu podia ficar aqui fumando ou batendo papo, mas era só eu sair a fofoca começava e eles achavam que eu estava tendo privilégios...”;(Anexo III 22.4 item I);

entidades sendo beneficiadas sem o consentimento do grupo, “() e for priorizar entidades como a APAE que não tem tanta necessidade” ;(Anexo III 22.4 item J);

“... APAE se beneficiando em demasia...”;(Anexo III 22.4 item O);

Essas foram as questões percebidas e, analisadas no decorrer de nossa análise. Atuar em grupo é uma tarefa complexa e requer muito do profissional de Serviço Social.

Podemos concluir que a motivação deve ser sempre trabalhada, pois ela se constrói historicamente. Na construção histórica está presente a história de cada um, por isso a necessidade de respeitarmos cada pessoa com seu micro universo.

Percebemos também que a motivação/desmotivação estão relacionados a comunicação e interação grupal e estes se fazem a partir da contribuição de cada participante e da abertura que lhe é oferecido.

Percebemos também que a desmotivação dos participantes não é de responsabilidade somente do Assistente Social, mas também dos valores e interesses de cada um, ou seja, da sua história. É também através da motivação que somos impulsionados para o trabalho.

Veremos no próximo item, quais foram as atividades realizadas pelos comitês.

3.3 SOBRE AS ATIVIDADES

Referente a este tema é de fundamental importância estabelecemos as diferenças para os nossos leitores entre assistência social e assistencialismo, permitindo uma maior compreensão sobre o mesmo.

A Assistência Social é uma política pública, direito de cidadania e dever do Estado. É a política que provê a quem necessitar benefícios e serviços de acesso a renda mínima. É necessário ver a assistência como projeto político de erradicação da fome, destinada aos excluídos e voltada para as necessidades humanas básicas. Também pode ser vista sob dois ângulos:

- Strito Sensu - caráter imediatista. Ex: distribuição de cestas básicas, passe de ônibus...
- Lato Sensu - são os serviços (creches, APAE) e benefícios (ticket, salários indireto)

prestados.

Para ampliar a assistência foi criada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tendo como objetivo prestar assistência a maternidade, infância, criança, adolescente e ao idoso. Voltada aos segmentos mais baixos da população aos destituídos e miseráveis. Tem como princípios a universalização dos direitos sociais, respeito a dignidade do cidadão e igualdade no atendimento no acesso as ações sociais.

É importante destacar que a LOAS não trouxe muitas conquistas em termos de benefícios, mas ampliou mais perspectivas em termos de controle social, o que significa um

avanço. O assistencialismo difere, e muito, da assistência social. Este é uma tática de tratar os mais fracos, pobres e destituídos. Processo paternalista, tutelar e autoritarismo disfarçado. É caracterizado por favores e não como direito de cidadania. Está impregnado em todas as políticas públicas. Nessa relação há sempre um doador e um receptor. Relação entre sujeito e objeto e não de sujeito para sujeito. É cúmplice do clientelismo e da corrupção.

Pedro Demo complementa, colocando que o assistencialismo significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência da ajuda. Humilha a pessoa que recebe benefícios, em todos os sentidos:

- porque lhes reserva apenas esmolas;
- porque provoca dependência diante do doador;
- porque desmobiliza o potencial de cidadania no assistido;
- porque escamoteia o contexto duro da desigualdade social, inventando a farsa da ajuda.

Assim, enquanto o assistencialismo é estratégia de manutenção das desigualdades sociais, a assistência corresponde a um direito humano.

Uma outra questão que está diretamente relacionado a assistência social e assistencialismo é o Estado. Este vê a assistência como uma prática caritativa, benevolente, favor aos fracos e destituídos. Tem uma posição conservadora e não tem interesse que as pessoas exerçam seus direitos, mas que fiquem dependentes, pois dessa forma é fortalecido o poder. Não é visto como política pública e direito do cidadão. Vale a pena ressaltar que o atual governo vê a assistência de uma forma incompleta, ou seja, só no papel. É marcado pela política neoliberal, de privatização. O Estado transfere suas tarefas para a sociedade civil, eximindo-se de suas responsabilidades, tendo como conseqüências as lutas populares por uma vida mais digna.

Referente ao Estado e Sociedade Civil não é suficiente jogarmos a culpa para o Estado, uma vez que este tem sua parcela de responsabilidade, mas faz-se necessário analisarmos o quanto cada um de nós está fazendo para que esta sociedade altere para melhor.

Assistência, assistencialismo, Estado e Sociedade Civil estão interligados uma vez que cada um é mantido pelas próprias pessoas que fazem parte desse contexto. Referente a esses quatro temas acima citado, há uma questão fundamental que Herbert de Souza colocou desde o início da campanha da Ação da Cidadania. Para erradicar a miséria é fundamental repensar

toda a economia, reorganizar toda a política, transformar a nossa cultura para chegarmos a um país onde todas as pessoas tenham trabalho e possam viver dignamente de seus salários, possam comer segundo suas necessidades e preferências, educar seus filhos e garantir saúde e segurança para todos os membros de sua família.

As chamadas reformas estruturais só ocorrem quando as mudanças do dia a dia ocorrem pela ação das pessoas e de todas as pessoas.

Após essas considerações citarei um quadro síntese das atividades realizadas pelos comitês.

Assistenciais	Assistencialistas
<ul style="list-style-type: none"> • Enviou pessoas a fazer cursos • Programa de jardinagem • Encaminhamento de jovens drogados para Desafio Jovem de São Carlos - SP • Discussões e reuniões em prol do bairro Itacorubi • Avaliação dos serviços prestados • Organização de armazéns comunitários • Organização de padarias comunitárias • Organização de fabriquetas de sabão para gerar renda • Sensibilização na sociedade na participação e construção de projetos alternativos (parcerias de combate a fome) • Cooperativas • Discussão de projetos • Discussão com outros órgãos • Jornais de ação da cidadania • Implantação do programa "Papel Reciclável" • Programa adote um educador • Cursos, programas de alfabetização e integração • Cursos profissionalizantes • Organização das comunidades Total = 19 	<ul style="list-style-type: none"> • Dado auxílio específico as necessidades carentes • Distribuição de alimentos a entidades e famílias carentes • Distribuição de material escolar nas escolas • Distribuição de cestas de natal • Doação de materiais • Doação de uma máquina de confeccionar fraldas a Orionópolis • Doação para o hospital de caridade • Doação de cadeiras para aula de catequese • Doação de colchões para a creche Vinde a Mim as criancinhas • Campanha do material didático • Campanha do agasalho • Diversas campanhas • Ajuda ao Desafio jovem • Ajuda a creche • Ajuda ao posto de saúde • Ajuda a Associação das lavadeiras • Ajuda a Orionópolis • Ajuda a creche crianças com AIDS • Ajuda ao asilo - próximo a CASAN • Repasse de verbas para manutenção do caminhão • Realização de duas festas com fins de arrecadar alimentos distribuir. • Total = 21 • Obs.: ver anexo 23 - cap. III
<ul style="list-style-type: none"> • obs.- ver anexo 23 - cap. III 	

Percebemos pelo quadro síntese que há atuação nos dois níveis: assistenciais e assistencialistas. Embora predominando atividades assistencialistas, os comitês estão conscientes de que precisam reverter esse quadro. Isso é perceptível através das realizações e conquistas no quadro referente a assistência.

São nos momentos de participação, mão na massa, ou seja, da realização das atividades que nos deparamos com as nossas dificuldades, podendo dessa forma partilharmos com o nosso grupo ou com outros grupos de trabalho.

Veremos no próximo item como se deram os intercâmbios e trocas entre os grupos.

3.4 SOBRE INTERCÂMBIO

De acordo com Peter Russel, existe uma tendência inequívoca de um organismo que demonstre maior sofisticação e complexidade apresentar uma diversidade, organização e intercâmbio cada vez maiores. (1989: 127)

Percebe-se essa tendência na humanidade no rápido desenvolvimento da rede global de comunicações.

A troca de informações é imperativo para um organismo ou sociedade funcionar mais adequadamente.

Sem comunicação, troca de informações ou intercâmbio é praticamente inviável a continuidade da vida e suas relações. É uma questão extremamente importante para o desenvolvimento da humanidade e de um determinado trabalho ou movimento.

É através da comunicação que se iniciam grupos, discussões, debates, soluções, ações..., mas também é através da comunicação que isso tudo pode ser desfeito. Depende da intencionalidade e da qualidade que esta é realizada. Poderíamos usar um ditado popular “é uma faca de dois gumes”.

Parece simples, mas está presente em cada momento de nossa vida e nos grupos aos quais nos relacionamos.

Percebemos isso claramente, na década de 64 onde Movimentos Populares estavam se fortalecendo massivamente e apenas com um toque de poder e autoritarismo se instala a ditadura militar, aniquilando com toda essa relação conquistada historicamente.

Devido a essa fragmentação que se instalou, continua progredindo as dificuldades de relacionamento entre sociedade civil e Estado e entre as próprias pessoas.

No decorrer da história percebemos que na maioria das vezes há um grupo que tenta construir, articular novas idéias, etc, e um grupo especialista em destruir o que está sendo criado.

Isto está ligado a questão do poder, egocentrismo, manipulação, etc... Percebemos atualmente essa situação através da postura do presidente Fernando Henrique Cardoso que extinguiu o CONSEA (sem avisar os membros) e criou a Comunidade Solidária baseada nos mesmos princípios do CONSEA, apenas com uma diferença: não respeitando os representantes do CONSEA, instalando-o de uma forma autoritária (sobre esta questão ver texto do coordenador do comitê regional de Florianópolis - anexo 27). São situações de conflitos que geram fragmentações e obstáculos na construção de uma sociedade melhor. O que deveria ser um movimento único, torna-se fragmentado e autoritário, não respeitando as conquistas e trajetórias realizadas até então. Devido a isso, concordamos com Peter Russel quando coloca que o maior problema da humanidade está baseado nas relações de egoísmo entre os homens (1989,132). Cada pessoa prioriza o seu eu, as suas coisas, os seus afazeres. É tudo a favor de si. Primeiro eu depois os outros. Talvez aí está uma das possíveis causas de fragmentação e conflito. Alguém poderia até afirmar:

Essas contradições são naturais. É através desse movimento que a sociedade se constrói .

Até um certo nível isto é compreensível, pois, ainda temos muitas semelhanças com os bichos e animais irracionais, mas concordamos que já está na hora de começarmos a mudar essa realidade através da nossa forma de pensar, dos nossos atos...

E as crises estão aí. É a crise econômica, crise social, crise de paradigmas...

Quem for inteligente poderá crescer muito com isso.

Essas questões estão ligados a questão do intercâmbio, pois intercâmbio é troca de comunicação, experiência e requer um certo nível de altruísmo, despojamento e despreocupação com o cargo ou poder (ex: porque se passar essa informação alguém vai pegar o meu lugar...). Falta uma relação interdisciplinar.

Esta fragmentação está, geralmente, presente em todos os nossos níveis de relações interpessoais, movimentos populares, estudantes, política, religião, etc... porque é algo que está arraigado em nós, por isso está presente nos mais diversos campos de atuação.

Talvez aí possa estar uma das primeiras pistas para começarmos a mudar de mentalidade nos diferenciar dos bichos.

A comunicação e o intercâmbio são fundamentais para o staff se expandir.

Atualmente o que está na moda no mundo dos computadores é a rede da Internet, ou seja, um sistema na qual a comunicação com o mundo inteiro é realizado por questões de segundo. Mas isso nada adianta se as pessoas não souberem utilizarem esse veículo. E assim é em tudo em nossa vida: não resolve termos um veículo de manifestação se não soubermos utilizar em benefício de todos.

No comitê, percebemos através dos entrevistados, que está havendo esforço dos participantes, para que o intercâmbio ocorra entre os grupos. Embora havendo esse esforço, o quadro síntese, demonstra que as trocas não estão ocorrendo de uma forma excelente, predominando a segunda coluna.

Vejamos através do quadro abaixo.

Intercâmbio	
Há	Não há
<ul style="list-style-type: none">• Há intercâmbio• Há intercâmbio (participação, integração, barraquinhas, etc)• Há intercâmbio	<ul style="list-style-type: none">• Não há intercâmbio• Não há intercâmbio• Não está ocorrendo <p>Total = 03</p>
<ul style="list-style-type: none">• Há intercâmbio (outros grupos: Caixa Econômica e Banco do Brasil)• Está havendo• Se dá a partir de fórum• Existe intercâmbio• Está ótimo• Está muito bom	<p><u>Muito Pouco</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Muito Pouco• Muito Pouco• Muito Pouco• Muito Pouco• Muito Fraco <p>Total = 05</p>
<p>Total = 09</p> <p>Obs.: ver anexo 24 - cap III</p>	<p><u>Não tem conhecimento</u></p> <ul style="list-style-type: none">• acredita que deve ter• Não tem conhecimento <p>Total = 2</p>

Vimos que a troca de informações, o intercâmbio e a descentralização nos auxiliam para a expansão e o crescimento do grupo. Nesse processo de crescimento é fundamental usarmos os mecanismos da informação de uma forma ética e transparente para o grupo e/ou equipe de trabalho poder avançar em relação aos seus objetivos.

3.4 SOBRE AVANÇOS E TRANSPARÊNCIAS

Falar em avanço neste contexto de conquista da cidadania nos remete a falarmos sobre o que Pedro Demo caracterizou de “homem político”.

Acrescentariamos também a mulher política, pois ela está inserida nesta sociedade. É através dessa condição, homem e mulher políticos, que poderemos avançar um pouco mais enquanto sujeitos históricos. É nesta condição que, segundo Pedro Demo, nos permite termos a competência em administrar o trajeto histórico, mudando as relações sociais de discriminação.

“O comitê ainda está em seu começo. É um caminho aberto. Já representa mudança sócio-cultural. Essas concepções novas estão brotando. A micro estrutura da sociedade quer mais democracia.” (Anexo III, 25.2 item F).

O homem político é aquele que tem consciência histórica. Não apenas sabe dos problemas, como também, busca soluções para alterar e comandar o seu próprio destino. Não se mantém sob uma condição de objeto e nem permite-se ser conduzido pela história, mas faz de sua condição um agente transformador e ativo da sua realidade.

“Foram feitos grandes avanços, nos armazéns comunitários (barateia os custos), produtos básicos ao consumidor pela classe trabalhadora. Outro avanço foi a articulação entre os diversos comitês, potencializando ações”. (Anexo III, A 4 item A).

Nesta frase percebe-se nitidamente que a conquista do homem e da mulher políticos está em cada pessoa que ajudou na construção de novos rumos para a comunidade beneficiada.

Cada mudança ocorrida na história é resultado das conquistas, investimentos e participação dos interessados para que ocorra a alteração, melhor, de uma dada realidade.

“Os avanços são mais perceptíveis pelas atividades que estão sendo desenvolvidas nas comunidades, com auxílio e orientação do comitê. Outro avanço são a discussão e os debates sobre temas relacionados com a realidade de nossa cidade principalmente das comunidades menos favorecidas”. (Anexo 25.3, item M).

“Esta mudança da realidade, também pode desempenhar um papel fundamental a uma efetiva universalização educação básica, cujo conteúdo principal é a construção de instrumentações primeiras para o exercício da cidadania, através do ensino de alguns componentes vitais do cotidiano, (ler, escrever, contar)”. (Demo, 1991 : 32).

É importante, para isso, que se recupere a preservação das identidades culturais comunitárias, pois, dessa forma se alimenta um processo de consciência crítica : A identidade pessoal é fundamental no reconhecimento do ser enquanto sujeito e esta identidade se constrói e inter-relaciona com o meio cultural.

“Foi muita conscientização, acessoria, participação e valorização da pessoa humana”. (Anexo III, 25.3 item B).

Percebemos que no processo de conquista pela cidadania através dos movimentos comunitários é fundamental enquanto assistentes sociais, atuarmos com a valorização das potencialidades de cada indivíduo ou participante, delegando a ele responsabilidades. Nessa condição a pessoa se sentirá mais valorizado e com vontade de prosseguir adiante.

Quanto mais valorizada a pessoa se sentir mais trabalhos com qualidade esta produzirá.

“Estou a mais ou menos 2 anos. Percebemos que o número de pessoas na reunião diminuiu, mas a qualidade melhorou.

As idéias estão fluindo melhor e as pessoas estão mais integradas...”.(Anexo III 25.1 item C).

Percebemos também, que o homem e a mulher políticos são pessoas que querem se libertar de sua pobreza política (e esta se caracteriza pela dependência) para conquistarem sua cidadania. Serem agentes de mudança de sua própria história. E nesse processo de conquista, que se faz através da participação está, também, a necessidade de partilharem entre si suas subjetividades e trabalharem num nível solidário e até mesmo num nível de crescimento pessoal. Isso percebemos através de dois entrevistados, onde o primeiro coloca que “vários são os avanços. Espírito de solidariedade com o compromisso político que passa a ser resgatado” e o segundo ressalta que “os avanços que senti foram mais pessoal : eu cresci muito mais e estou vivenciando situações reais e não fantasias de vida”.

É importante colocar que os avanços e conquistas comunitária estão interligados com a transparência que se faz presente no grupo. Falar em transparência é falar de ética. Poderíamos falar de várias éticas; desde a ética grega até as atuais; mas não é nosso objetivo principal, pois, cairíamos num discurso acadêmico.

A ética de que nos referimos é aquela que Marx definiu como Práxis, ou seja, o homem define-se como um ser produtor, transformador, criador, mediante o seu trabalho, cria um mundo a sua medida, isto é, à medida de sua natureza humana.

Um entrevistado complementa essa frase colocando que “ocorre transparência, pois a própria comunidade fiscaliza as ações. É participante ativa”. (Anexo III 25.2 item A).

Esta ética ultrapassa os conceitos da conduta moral do bem e do mal, pois é uma ética que visa a transformação da realidade e nesta está incluída a democracia e a participação.

“O comitê rege-se por princípios democráticos e apresenta bom nível de transparência”. (Anexo III 25.2 item F).

Ser democrático requer atitudes éticas e transparentes, ou seja, não há democracia quando alguém do grupo retém informações, pois, nessa condição o poder é a ordem do dia e não ocorre a participação efetiva de todas as pessoas envolvidas no trabalho.

O poder é altamente perceptível na elite governamental.

Segundo Herbert de Souza um governo ético é aquele que se organiza para propiciar trabalho, emprego, renda para todos os seus habitantes. Vivemos num País onde a ética é exatamente negar o outro afirmando o absoluto de um mundo fundado no eu, excludente do nós. (1994, 01)

Um entrevistado complementa a frase acima através da seguinte afirmação :

“Acredito que há transparência, pois, esta é uma proposta da sociedade e não de alguns”. (Anexo 25.2 item B)

É importante lembrar que embora nossa sociedade tenha sido e ainda é marcada por posturas anti-éticas, “existe também uma ética da própria prática política. Ela pode ser democrática quando o fazer política implica a todos os níveis e momentos, a prevalência dos princípios da igualdade, da diversidade, da liberdade, da solidariedade e da participação. Buscar a igualdade pela solidariedade e com liberdade, respeitando a diversidade e através da participação”. (SOUZA: 1994, 01)

Para concluir a frase acima um outro entrevistado complementar : “as cartas estão na mesa. Há liberdade para se colocar as idéias, para questionar, se informar, etc... tudo é colocado explicitamente sem restrições”.

Segue abaixo um quadro síntese a fim de que o leitor possa visualizar melhor o resultado desta questão.

AVANÇOS	TRANSPARÊNCIAS
<ul style="list-style-type: none">Melhorias no bairroAjuda a entidades não pertencentes ao ItacorubiAjuda a instituições do bairroQualidade nas reuniões aumentouPessoas estão mais integradasOs participantes estão amadurecendoAjudou muita genteConquistando cada vez mais o espaço na comunidadeArmazéns comunitáriosProdutos básicos consumidos pela classe trabalhadoraArticulação entre os diversos comitêsEspírito de solidariedade com o compromisso políticoRepresenta mudança sócio-culturalPelas atividades que estão sendo desenvolvidas nas comunidades com o auxílio e orientação do comitêDiscussão e os debates sobre temas relacionados com a realidade de nossa cidadeCompromisso das empresas em adotar educadoresMuita conscientização e acessoriaParticipação e valorização de pessoa humanaCompra de um caminhão para feiras comunitáriasAdesão de várias pessoasMais a nível pessoal <p>Abstenção = 01</p> <p>Obs.: o nº de respostas não fechou com o nº de entrevistados, porque alguns fugiram da pergunta e estes foram desconsiderados.</p>	<ul style="list-style-type: none">Há transparênciaProposta está sendo cumpridaNo início esta proposta não estava sendo alcançadaSempre houve muita transparênciaOcorre transparênciaHá transparênciaHá transparênciaHá bastante aberturaBom nível de transparênciaTudo é colocado explicitamente sem restriçõesHá transparênciaNão tem dúvida nenhuma que há transparênciaHá transparênciaProposta bem esclarecida <p>Total = 14</p> <ul style="list-style-type: none">Acreditam que tenhaAcredita que tenhaAcredita que há transparênciaAcredita que há transparência <p>Total = 03</p> <p>Abstenção</p> <p>Total = 01</p>

Percebemos através dos entrevistados que há transparência no comitê, sendo que os avanços são os resultados e estes estão ligados a questão da transparência e da ética.

É através da inserção do ser humano na luta por uma sociedade melhor que permite a ele avaliar essa trajetória a nível grupal.

Veremos no próximo item a importância da avaliação para a conquista de um trabalho cada vez mais prazeroso e como os participantes avaliam seus trabalhos.

3.6 SOBRE A AVALIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

As idéias de ativação, responsabilidade, participação são sempre resultados de esforços de pessoas que partilham dos mesmos propósitos. As relações com os outros podem ser fonte de satisfação ou de angústia. Muitos trabalhos sociais de melhoria de condições de vida são interrompidos por falta de relacionamentos adequados, ou seja, por falta de compreensão. Estas dificuldades poderiam ser superadas ou alteradas por um maior entendimento e melhor treinamento nas habilidades de interação social.

No processo de entendimento entre, uma questão fundamental para o bom funcionamento do grupo : a avaliação

Esta é de fundamental importância para sabermos quanto o grupo progrediu, quais foram as suas conquistas, dificuldades e se conseguiram atingira~~m~~ os objetivos ou não.

É através da avaliação sincera que temos condições de alterar as nossas atitudes, reconhecer nossos erros e estabelecer metas de ação.

É também através da avaliação que o grupo pode se conhecer melhor.

Segue um quadro síntese, colocando o resultado referente a avaliação do comitê e a participação das pessoas.

Avaliação do Comitê e participação das pessoas	
1ª coluna	2ª coluna
<ul style="list-style-type: none"> • Participação é fraca • Falta interesse • Muitos só aparecem quando precisam • Certa deficiência entre comitê e comunidade • Participação dos empregados da Telesc é fraquíssima. Falta mais garra • Precisa repensar sua linha de atuação • Falta integração das comunidades • Já foi mais ativo • Há desânimo e desistência <p>Total = 10</p> <p>Obs.: ver anexo 26 - cap. III</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Momento para crescermos juntos • Muito bom • Cada um participa como pode • Estão se convencendo que podem e devem participar • Todos fazem o que podem • Significativa <p>Total = 07</p>

Percebemos que embora há vontade e interesse político em construir uma sociedade diferente, mais participativa e democrática, há ainda a predominância na sociedade de fragmentação, individualismo, comodismo, egocentrismo (eu como centro), interesses pessoais, etc.

Isto é representado através das manifestações obtidas na 1ª coluna.

As questões acima citadas estão relacionadas ou ligadas a fatores mencionados anteriormente nos itens referente a motivação e desmotivação, avanços e transparências, as próprias atividades realizadas, (a forma como são realizadas), ligadas também a própria proposta (nem todos tem interesse nessa temática), ao próprio intercâmbio (onde se faz presente a comunicação entre os outros grupos e comitês) e a outros fatores que talvez não conseguimos identificar.

É preciso levar em conta os fatores intrínsecos e extrínsecos que levam cada ser humano ou o grupo a ter determinadas atitudes.

Isto implica além de um projeto político, teórico metodológico, ou relação de luta entre sociedade civil e Estado, num projeto de vida (que é escolha de cada um) e de solidariedade humana. Essa questão não é nenhuma espécie de filosofia caritativa, romantismo ou outros sinônimos quaisquer, mas uma questão de opção.

IV CAPÍTULO

4 - APRESENTAÇÃO

No decorrer do trabalho expomos sobre o histórico da Ação da Cidadania, as diferentes concepções, as motivações, desmotivações, ética, transparência, atividades, propostas, ou seja, abordamos algumas temáticas que são fundamentais na discussão de um trabalho participativo e democrático.

Neste IV capítulo faremos uma relação entre Serviço Social e Ação da Cidadania. Mostraremos também o que fundamentou a participação do Serviço Social na campanha da Ação da Cidadania.

4.1 - SERVIÇO SOCIAL E AÇÃO DA CIDADANIA

A história tem nos mostrado, que através das diferentes lutas e organizações das classes populares é possível a conquista por melhoria da qualidade de vida da população empobrecida.

A história tem nos mostrado, também, que perante essa realidade de desrespeito ao direito a vida, não é mais possível ficarmos de braços cruzados, como se isso nada tem a ver conosco.

Cada um de nós, enquanto cidadãos, profissionais comprometidos com as classes populares, somos responsáveis pela alteração para melhor, desse país.

Para o serviço social faz sentido participar da campanha da Ação da Cidadania contra a fome a miséria e pela vida, uma vez que é sustentado pelo código de ética a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

(C.F.E.SS, 1993 : 11)

A pesquisa nos mostra que o Serviço Social tem as suas contribuições enquanto uma prática profissional inserida nas práticas sociais mais amplas, enquanto uma prática profissional com especificidades no que se refere a mobilização e construção de relações de parceira.

A parceria tem como elementos básicos a democracia (e esta compreende o direito a participação), a ética (e esta compreende a práxis) e os próprios valores do coletivo, da relação de igualdade, que reconhece o outro como fundamental.

Nesta construção de relações de parceria está um dos compromissos básicos do Assistente Social que se sustenta através do código de ética profissional, onde constituem direitos do assistente social, “apoiar ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (C.F.E.SS, 1993 : 17 art. 12 alínea).

“A opção do assistente social pelo compromisso com os setores populares implica desenvolver ações através das quais esses setores desenvolvem uma percepção crítica da realidade e exercitem uma reflexão conjunta, enquanto atuam sobre a própria percepção que estão tendo da realidade”. (CARDOSO, 1990 : 29)

Esse compromisso vem se construindo historicamente através do reconhecimento das necessidades e direitos do homem. Desafia o assistente social a um repensar permanente de sua ação para que esta viabilize através de suas organizações e que lhe garanta o exercício de sua cidadania.

O Serviço Social da Telesc na atual conjuntura sócio político econômica de 1993 se engaja no comitê através de um convite da diretoria conforme citado na entrevista da senhora Alice e participa de tarefas de construção de parceria com os demais funcionários, membros da comunidade e do próprio comitê.

É importante destacar que a participação da Telesc se deu não só a nível do comitê Itacorubi mas do comitê da educação e comitê regional.

Para o Serviço Social a essência do trabalho profissional foi participar no processo de mobilização, organização e participação na construção das relações de parceria com os vários segmentos da sociedade civil e Estado, sensibilizados com a miséria.

Entendemos por mobilização um processo o qual envolve um trabalho de sensibilização, onde as pessoas sintam-se responsáveis frente a realidade apresentada.

No início da campanha este processo de mobilização foi massivamente divulgado através de TV, rádio, jornal, palestras ou seja, foi um processo no qual mexeu com a sociedade brasileira envolvendo profissionais de várias áreas (num trabalho interdisciplinar), onde cada pessoa deu sua contribuição.

Devido a isso o Serviço Social entrou como participante, pois, a campanha a nível nacional ocorreu independente da presença do mesmo, embora na TELESC exerceu função de coordenador do programa.

Concomitantemente ao trabalho de mobilização vai ocorrendo a organização entre as pessoas interessadas, cuja característica básica é a formação da equipe de trabalho. Nesse processo cada um dá um pouco de si, delineando as principais ações os objetivos, a inter-relação entre as pessoas, efetivando dessa forma a participação ente a equipe.

A participação supõe um compromisso, envolvimento e presença em ações. É importante destacarmos que não existe participação suficiente e acabada, pois, esta sempre se construindo.

É nesse processo de participar que devem se fazer presentes os princípios éticos, políticos e democráticos para que a equipe de trabalho possa avançar quanto aos seus objetivos.

Vale lembrar que desde o início a campanha pedia ética, transparência e justiça e esses princípios se fazem presentes no Serviço Social através do compromisso e luta pela cidadania junto aos setores excluídos e empobrecidos da sociedade.

Os fatos tem nos mostrado que sem engajamento, participação e doação de nós mesmos (no sentido político) é quase impossível mudarmos a sociedade capitalista em que vivemos.

Partilhamos da idéia de Pedro Demo quando coloca que não é realista afirmar ou apresentar a falta de espaço de participação como problema em si. Na verdade, é apenas o ponto de partida, porque é disto que partirmos, ou seja por tendência histórica primeiro encontramos a dominação e depois se conquista a participação. Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concedem a possibilidade.

A liberdade só é verdadeira quando conquistada. Assim também a participação. E isto fundamenta a dimensão básica da cidadania, ou seja, há direitos e deveres. (Demo, 1988 : 19-23).

Foi dessa forma que a campanha da ação da cidadania se fez presente na sociedade brasileira.

Quando o sociólogo Herbert de Souza, com os dados do Mapa da Fome, concluído em princípio de 1993 no IPEA de 32 milhões de miseráveis, como cidadão, disse.

- Chega! Precisamos fazer alguma coisa!

Percebemos também que a campanha está tendo uma repercussão de fundamental importância, na medida em que muitas famílias e diversas comunidades foram beneficiadas através de programas de caráter educativo, profissionalizante e o direito a própria participação na sociedade como ser humano e cidadão.

Com base em relatórios entregue pelo Comitê Regional, destacamos :

“Em Florianópolis mesmo ainda sob o efeito da política FHC, diversas ações continuam sendo aplicadas e elaboradas, todavia das nove comissões criadas em 1993, apenas quatro estão de fato funcionando, veja abaixo :

Comissões:

ABASTECIMENTO

Funcionamento - HOJE TRANSFORMOU-SE EM COOPERATIVA, atende 13 comunidades carentes com abastecimento comunitário. A coordenação desta comissão e feita por Roberto Incosviscki - da ASA, as reuniões são todas as terças - feiras no CEDEP, NA RUA VISCONDE DE OURO PRETO 308.

COMUNICAÇÃO

Não funcionando - precisa ser rediscutida, por ora está apenas trabalhando com informativos do IBASE.

EDUCAÇÃO

Funcionamento - desenvolve alguns projetos de cunho educacional junto a diversas comunidades carentes. Esta sob a coordenação do comitê da Eletrosul.

ARTICULAÇÃO

Não funcionando - na construção original previa levar a discussão para diversos setores como forma de sensibilizar para a AÇÃO.

COORDENAÇÃO

Funcionando - coordenada o processo político dos comitês. Funciona atualmente no sindicato dos bancários.

PROJETOS ALTERNATIVOS DE COMBATE A FOME

Funcionando - propõe projetos para o combate a fome, e providência recursos junto a diversos setores da sociedade - COORDENADO PELO SEBRAE \ COMITÊ IPESC \ LBA.

DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL - não está funcionando.

SAÚDE - não está funcionando.

Percebemos também que na atual realidade de fome e miséria onde não dá para esperar somente pelos políticas sociais, as campanhas tem sido a saída para muita gente.

É difícil esperar quando está morrendo de fome, frio e aí as campanhas do agasalho e alimentos tem a sua importância.

Pensamos não ser o objetivo final. A campanha da ação da cidadania priorizou políticas mais amplas, mas em certas situações torna-se necessário darmos comida, agasalho para posteriormente conquistarmos esse ser chamado pseudo cidadão.

Essa palavra sintetiza o que queremos dizer : falso cidadão, aquele que não existe nas práticas da sociedade . Aquele que só existe nas vésperas de eleições. Por isso atribuímos a ele de pseudo - cidadão.

Para ilustrar essa questão utilizamos no comitê Itacorubi de campanhas, festas, rua de lazer, músicas, para nos aproximarmos e integrarmos a comunidade, especificamente a do Quilombo. Posteriormente realizamos trabalhos de cunho educativo e profissionalizante, tendo em vista que na comunidade existem muitos jovens dependentes de drogas.

Foi através desse mecanismo que conseguimos realizar debates e discussões em torno da resolução de problemas existentes na comunidade.

Para o Serviço Social esses meios foram importantes na medida em que contribuíram para o debate, discussão e a luta por melhores condições de vida.

É importante colocar que as festas comunitárias possibilitam encontro entre as pessoas, trazendo prazer e descontração fazendo com que as dificuldades possam ser olhadas com mais energia.

Vale ressaltar que nas últimas décadas após o movimento de reconceituação (mudança de paradigma) o Serviço Social fez alguns equívocos no sentido de entender a caridade, a solidariedade como assistencialismo, ou seja, estimulando a dependência.

Sabemos que na atualidade nosso objeto fundamental de atuação é a assistência, vista e assumida como política pública e entendida como extensão efetiva da cidadania aos segmentos socialmente excluídos, representando um espaço de enfrentamento da divisão social.

É essa questão que diferencia assistência de assistencialismo. Reconhecer a assistência como política, direito a um mínimo, e a própria cidadania. Esse reconhecimento ou essa consciência de assistência não nos impede em certos casos de “dar comida, agasalho”, mas a questão está em “como dar”

Dar por pena ou para se ver livre é mero assistencialismo, mas dar explicando ou orientando a pessoa o por que de sua condição e o que ela e outras pessoas que estão na mesma situação, podem fazer para melhorar esse quadro é outra questão. É nesse sentido que falamos que o Serviço Social fez alguns equívocos na campanha da Ação da Cidadania, solidariedade e assistência caminham juntos e em certas situações atitudes assistencialistas.

Mas na I CONSEA, o coordenador da campanha, Herbert de Souza afirmou.

“Esta é a grande questão nacional, é como se estivéssemos provando a nós mesmos e a sociedade que solidariedade é uma coisa que existe em nós e ilumina nossa atitudes diante dos outros. Particularmente daqueles que são mais pobres, mais miseráveis e sofrem mais carências de todo tipo.

Nós provamos que a solidariedade é uma virtude, mas o nosso povo, a sociedade, são solidários e sabem diferenciar assistencialismo de solidariedade. Sabem o momento em que o pão precisa ser entregue para que as pessoas vivam, mas sabem também que é preciso lutar pelo emprego, pela democratização da riqueza e da terra. (Relatório I CONSEA, 1995 : 36).

Nos coloca ainda que a Ação da Cidadania visa em última instância, recuperar a dignidade humana.

E aqui está o grande desafio para o Serviço Social:

Recuperar (?) a dignidade humana ou melhor construir uma sociedade digna através da universalização da educação, saúde, transporte, habitação, da participação em decisões políticas e organização rumo a cidadania.

Dom Mauro Morelli complementa, “Não haverá dignidade humana enquanto alguém passar fome”. (Relatório I CONSEA, 1995 : 40)

Esta é uma realidade que enquanto assistentes sociais nos deparamos o tempo todo.

Para o Serviço Social a campanha da Ação da Cidadania tenta despertar em nós a solidariedade que se constrói em cada ser humano.

Não há cidadania sem solidariedade, participação e descentralização.

É importante colocar que o movimento da ação da cidadania como um todo teve e ainda está tendo várias conquistas. Mas precisamos estar conscientes de seus limites uma vez que a efetivação da cidadania, educação, saúde, habitação e lazer não constam como prioridades básicas de nosso governo.

É inserido nesses espaços contraditórios que gesta lidarmos com a sociedade capitalista que exclui e inclui pessoas o tempo todo.

É devido a sociedade capitalista individualista a dificuldade de fazer essas ações repercutiram na formação de políticas sociais mais amplas. A sociedade se organiza, mas tem dificuldade de se sustentar. A fragmentação de idéias, objetivos e interesses contribuem para isso.

A própria campanha da Ação da Cidadania foi fragmentada com a extinção do CONSEA e a instalação da Comunidade Solidária, e ao que tudo indica não tem compromisso com bases mais sólidas de mudança de estrutura da sociedade.

Mas poderíamos nos perguntar.

E afinal o que mudou ?

Umas das coisas fundamentais que poderíamos apontar como mudança foi o sentimento de solidariedade que despertou em nós, aliado com a consciência/práxis política. E a crença de que juntos podemos mudar a realidade desse país.

E nesse processo está incluindo o Serviço Social por expressar em suas ações o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.(C.F.E.SS, 1993:11), que fundamenta a inserção do Assistente Social na construção do reconhecimento da cidadania.

Ressaltamos que o interesse do Serviço Social são as políticas sociais, não a campanha em si, mas as campanhas podem contribuir para a efetivação das políticas sociais através da organização e participação das pessoas.

Eis aí um paradoxo.

Mas no âmbito da campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e Pela Vida, estava e segue incluída a proposta de ir-se além dos limites de uma campanha, conforme diz um dos documentos do Comitê Regional de Florianópolis que transcrevemos abaixo :

AÇÃO DA CIDADANIA E PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

“Em 1993 quando o sociólogo Herbert de Souza anunciou o lançamento do MOVIMENTO DA AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME E A MISÉRIA, abriu-se a caixa preta do descaso social no país, os números da miséria foram externados, aos poucos o engajamento foi se tornando maço, com a participação de todos os segmentos da sociedade, milhares de comitês foram criados, o governo decidiu assumir publicamente o problema tanto que através de portaria criou o CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar com participação do gabinete da presidência da república e de 11 ministérios além de representantes de diversos setores da sociedade.

O CONSEA a partir daí começou em parceria com a sociedade civil, vários projetos alternativos de combate a fome foram iniciados como a “criança contra a fome e pela vida”, que tinha como meta dar nome e endereço aos desnutridos deste país. O PRODEA - Programa de Distribuição de Alimentos dos Armazéns do governo - uma política que foi proposta para evitar o deterioramento dos alimentos estocados pelo governo e ao mesmo tempo dar comida a quem tem fome. Enfim outras dezenas de programas foram criadas para propor o fim da miséria em nosso país.

Com a criação do programa comunidade solidária (PCS), os problemas começaram a aparecer, o governo anunciara antes que teria como prioridade o combate a miséria, todavia em quase um ano de governo nenhuma política concreta está na ordem do dia, sem contar que o PCS, mudou a estrutura de participação dando maior espaço ao governo para as decisões, ou seja, o PCS é menos democrático talvez continue sendo a LBA (tão criticado por FHC) com um novo nome e com uma nova primeira dama.

Os projetos iniciados pelo CONSEA estão paralisados, poucas são as informações do PCS, a não ser a comida distribuída e a ajuda a alguns municípios do país.

Como no país, Santa Catarina está na luta contra a fome e a miséria. Existem comitês por o estado quase todo várias ações estão sendo realizadas, a luz da necessidade de cada região. Nossa luta está vinculada a idéia inicial deste movimento, Descentralização, parceria e solidariedade.”

4.2 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas estarmos consciente de nosso processo de alienação, exploração, miséria, injustiças sem efetiva participação na melhoria da qualidade de vida não nos é suficiente para a alteração desse quadro.

Estar consciente dessa realidade é o primeiro passo frente a uma longa trajetória de conquista por melhores condições de vida e a concretização da cidadania.

Melhoria esta que se dá através da participação em grupos comunitários, movimentos sociais, associações de moradores, trabalhos de parceria entre sociedade civil e Estado.

Estas relações de lutas por melhores condições de vida estão intimamente ligados ao Serviço Social comprometido com a construção de práticas sociais e propositoras de ações por um projeto civilizatório ético humanizador.

Esta demanda desafia o assistente social através do compromisso político da profissão como educador e agente participante da construção de grupos e/ou equipes de trabalho que realizam um processo de conscientização político humanizador.

No plano dos desafios temos um horizonte infinito no desejo de construir um Estado e uma sociedade nutridos de dignidade social.

Dentre eles podemos destacar alguns:

- Na construção de uma sociedade digna, as relações democráticas são fundamentais na qualidade de equipe de trabalho participativa;
- Com a efetivação da participação e democracia abre-se um leque para o surgimento de lideranças comunitárias;
- Um outro desafio é que a Ação da Cidadania já vem concretizando é o apoio e auxílio aos mecanismos alternativos de auto-sustentação através de armazéns, padarias e feiras comunitárias;
- Acreditamos também que a qualidade política continua um desafio primordial em termos de representatividade das lideranças e da participação compromissada com os empobrecidos;
- Formar líderes com a consciência histórica crítica de que é fundamental produzir saídas próprias, mesmo que pequenas, que é necessário organizar-se para mudarmos no mínimo a comunidade em que vivemos, é uma tarefa bastante desafiadora.

- Acreditarmos e lutarmos por um mundo melhor é um desafio que nos motiva a continuarmos juntos.

É através da participação que nós nos construímos como sujeitos históricos, deixando de ser massas de manobras.

As mudanças são lentas e devem começar por cada um de nós, reconhecendo os nossos valores como cidadãos conscientes de nossa história.

Mesmo privilegiando e estimulando atividades coletivas e as formas associativas de organização, a Ação da Cidadania apresenta um apelo à expressão dos indivíduos em seu papel de cidadãos. Além de um movimento de ampla participação social, a Ação da Cidadania vem estimular a adesão a partir da convicção individual de cada participante de que algo deve ser feito e de que a cidadania é, também, a luta de cada um por esta condição definitiva para a nossa emancipação política.

Como aluna concluinte do curso de Serviço Social, olhando nossa trajetória de participação social, concluimos que é possível acreditar numa sociedade humana mais digna e solidária.

E aos que não acreditam ou não tem esta utopia, resta-nos o desafio de despertarmos essa atitude solidária, aliada a consciência política. Respeitando sempre a opção alheia..

ANEXOS

ANEXOS DO I CAPÍTULO

Anexo 01

Texto enviado para todos os funcionários da Telesc, no office vídeo, solicitando agasalho.

VER A NOTA

ADHB2 ---SCRSOS

Data e hora

18/07/74 16:21:47

Alice - ADHB

Assunto: (e) CAMPANHA DO AGASALHO

BOB:

Infelizmente nem todas as pessoas estão passando um inverno com casa, aquecimento e alimentação como nós.

Diante disso, muitos comitês estão preocupados em poder oferecer a algumas pessoas a oportunidade de um inverno mais caloroso.

Frente a isso o comitê da Telesc está realizando nos dias 14 a 20 de julho uma campanha do agasalho, visando atingir algumas dessas pessoas que estão bem próximas a nós (Estreito e Itacorubi).

"O COMPROMISSO É DE TODOS."

As entregas serão feitas no Serviço Social da Administração Central e no primeiro com Rose do TDRI.

Fones: 2236 e 3701.

F I M D A N O T A

PFs Altern. PF2 Arq. NOTAS PF3 Mater PF4 Elim. PF5 Env. a Terceiros
Resp. PF7 Reenc. PF8 Imprim. PF9 Dicas PF10 Prox. PF11 Anter. PF12 Retor.

Anexo 02

Campanha do material escolar. Enviado a todos os funcionários.

VER A NOTA

E01

De: ADHB2 --SCRSCS
Assunto: empregados

Data e hora

14/03/94 17:26:33

De: Alice - ADHB
Assunto: (s) doacao de material didatico

" A RESPONSABILIDADE TAMBEM EH SUA"

POCE, que nao sabe o que fazer com os livros e outros materiais dida-
ticos que nao usa mais, nao se preocupe e tambem nao os jogue no lixo,
pois ha muitas criancas, inclusive aqui no itacorubi, que estao espe-
rando por um ato de solidariedade seu.

O nucleo itacorubi de acao da cidadania contra a fome , a miseria e
pela vida constatou que ha muitas criancas carentes e com falta de ma-
terial escolar no nosso bairro.

Diante disso, o comite resolveu unir suas forcas realizando a campanha
do material escolar.

Proveite, entao, procure nas suas gavetas e estantes, livros e outros
materiais escolares que nao sejam mais utilizados, pois servira a
outras criancas que com certeza agradecerao muito pelo seu ato de so-

PF1 PFs Altern. PF2 Arq. NOTAS PF3 Manter PF4 Elim. PF5 Env. a Terceiros
PF6 Resp. PF7 Reenv. PF8 Imprim. PF9 Dicas PF10 Prox. PF11 Anter. PF12 Retor.

VER A NOTA

E01

Outras criancas que com certeza agradecerao muito pelo seu ato de so-
lidariedade e compromisso com um brasil e um futuro melhor.

A entrega desse material doado pode ser feito atraves das secretarias
e depto. ou diretamente ao servico social da administracao central.

Atenciosamente,

Alice thummel kuerten
coordenadora

F I M D A N O T A

PF1 PFs Altern. PF2 Arq. NOTAS PF3 Manter PF4 Elim. PF5 Env. a Terceiros
PF6 Resp. PF7 Reenv. PF8 Imprim. PF9 Dicas PF10 Prox. PF11 Anter. PF12 Retor.

Anexo 03

Ofício enviado a empresários, solicitando doação de brindes para a realização do Bingo dançante.

Florianópolis, 22 de novembro de 1994.

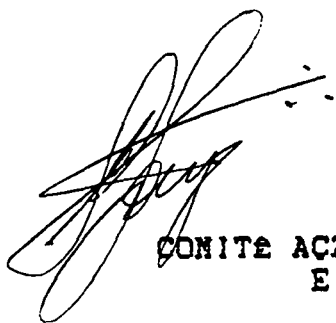
Exmo.

Cientes de que nossa realidade social está precária e com intuito de contribuir para a cidadania dessas pessoas marginalizadas e excluídas pela sociedade, é que o Núcleo do Itacorubi "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida", constituído por empregados das entidades e comunidade do Bairro Itacorubi, estará promovendo no dia 03/12/94, às 21:00 horas, um Bingo Dançante, com o objetivo de angariar fundos para reverter em prol das cestas básicas a serem doadas no Natal.

Após essas colocações e considerando tratar-se de uma entidade beneficente, vimos por meio desta solicitar a doação de brindes para a realização do referido evento.

Certos de sua colaboração, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

COMITE AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA
E PELA VIDA - NÚCLEO ITACORUBI

Anexo 04

Mosquitinho distribuído nas mesas dos funcionários, solicitando alimentos para a distribuição de cestas de natal no Morro do Quilombo. (Natal/1994)



NUCLEO ITACORUBI

Para milhões de pessoas o natal não é motivo de festa e alegria por não terem, em suas casas condições adequadas para alimentar a si e a seus filhos.

Estamos cientes de que não vamos erradicar a fome, mas queremos que pessoas vizinha nossas, também possam ter um Natal um pouco melhor.

Ajude-nos contribuindo com qualquer tipo de alimento.

VOCE, fará uma família feliz!

Feliz Natal

Anexo 05

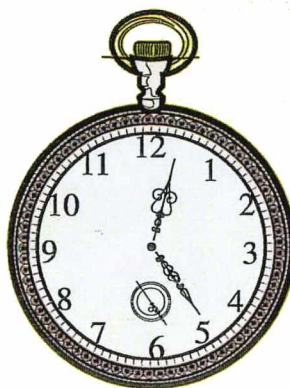
Cartaz utilizado nos murais, solicitando material didático - campanha escolar.



CAMPANHA DO MATERIAL DIDÁTICO

DESPERTE PARA MAIS ESTA !

COMECE O ANO COM TUDO.



DOANDO:

**MATERIAL ESCOLAR (NOVO) ou R\$ 3,00
LIVRO DIDÁTICO (USADO)**

DATA: 06/02 a 24/02/1995

LOCAL: Secretária de cada departamento

Anexo 06


Ofício enviado a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), solicitando a participação de um representante para a realização do plebiscito.

Florianópolis, 07 de junho de 1994.

UFECO
NESTA

Vimos por meio desta, solicitar a sua participação para a realização do plebiscito no Itacorubi, a ser realizado em 11 de junho de 1994, a partir das 14:00 às 18:00 horas no Centro de Treinamento da EPAGRI - CETRE.

Contando com sua colaboração, desde já agradecemos.


Alice V. Kursten
COMITÊ CONSTRUA A MISÉRIA
PELA VIDA NUCLEO ITACORUBI.
FONE. 31-2264

Convite

II Festa Comunitária em Itacorubi

- Local: ASTEL - Associação TELESC
- Data: 17/09/94
- Horário: 14:00 às 24:00hs

Eventos:

♦ Shows

Jazz, aeróbica, teatro, ilha chucra, taekowdo, banda

♦ Barraquinhas:

Bebidas, doces, cachorro quente, empadão, picolé, batata frita, feira de roupas usadas, pescaria, argolas

♦ Futebol: ^{e recreação infantil} das 14:00 às 18:00hs.

Cidasc, Ideal, Fábrica de Ração Vailton, Marítimus, Auto - Elétrica Possenti, Associação Atlética Fluminense, AMAI, Paula Ramos Jr., A Movim, Parque São Jorge, Epagri, Telesc.

♦ Bingo: 21:00 hs

Ingresso:

1 Kg de alimento não perecível ou lixo reciclável
(vidros, papéis, revistas).

Promoção:

Comitê da Ação de Cidadania Contra a Miséria e pela Vida
- Núcleo Itacorubi -

Anexo 08

Divulgação pelo office vídeo aos funcionários, da II Festa Comunitária.

ADHB ---SCRSCS VER A NOTA Data e hora 06/09/94 13:41:2

ANTONIO CARLOS MORITZ
Assunto: COMITE CONTRA FOME
ERA REALIZADO NO DIA 17/09/94, DAS 14H AS 24H, A SEGUNDA FESTA COMUNITARIA
O BAIRRO ITACORUBI, ORGANIZADA PELO COMITE DE AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA FOME
ELA VIDA.
OBJETIVO DA FESTA SERA A INTEGRACAO DA COMUNIDADE E A AJUDA AAS FAMILIAS E
NTIDADES CARENTES. SOLICITAMOS DOACAO DE ROUPAS, BIJOUTERIAS, SAPATOS USADOS
TENSILIOS DOMESTICOS E OBJETOS USADOS PARA REALIZARMOS A "BARRAQUINHA DA AMI
LOCAL DA FESTA: ASTEL
LOCAL DA ENTREGA DAS DOACOES: ADHB _SERVICO SOCIAL
ONTAMOS COM VOCE.
TENCIOSAMENTE
OMITE

F1 PFs Altern. PF2 Arq. NOTAS PF3 Manter PF4 Elim. PF5 Env. a Terceiros
F6 Resp. PF7 Reenv. PF8 Imprim. PF9 Dicas PF10 Prox. PF11 Anter. PF12 Retor

Anexo 09

Mosquitinho distribuído a comunidade de Itacorubi e aos funcionários da Telesc.

AÇÃO
COMITÊ CONTRA A MISÉRIA
E PELA VIDA

NÚCLEO ITACORUBI

CONVITE

II FESTA COMUNITÁRIA EM ITACORUBI

LOCAL: ASTEL - Associação TELESC

DATA : 17/09/94

HORÁRIO: 14:00 às 24:00 h

EVENTOS:

- **FUTEBOL E RECREAÇÃO INFANTIL** (pintura, argila, boi-de-mamão, dança da batata e da cadeira, corrida de saco e do ovo, concurso de pipas, etc.) - 14:00 às 18:00 h

- **SHOWS:** 18:00 às 21:00 h

- **BINGO:** 21:00 h

- **BARRAQUINHAS:** bebidas, fritas, cachorro-quente, pescaria, argola, roupas, (durante toda a festa).

INGRESSO: 1 Kg de alimento não perecível ou lixo reciclável.

VENHA VOCE E TODA SUA FAMILIA!
A FESTA TAMBEM DEPENDE DE VOCE!

Anexo 10

Ofício enviado a Fundação Franklin Cascaes, solicitando o palco, para as apresentações de shows da II Festa Comunitária.

Florianópolis, SC. 25 de agosto de 1994.

Ilmo. Sr:
Sali Miguel
Superintendente
Nesta

Dr. S. M. M. M. M.

Prezado Sr:

Vimos por meio deste solicitar o palco da Fundação Franklin Cascaes, em detrimento à realização da II Festa Comunitária, organizada pelo comitê Contra a fome e Pela Vida do Núcleo Itacorubi no dia 17 de setembro de 1994, a partir das 14 horas na sede da Astel no Bairro Itacorubi.

Esta tem como objetivo integrar e subsidiar a comunidade Itacorubi com a construção de uma área de lazer para a população ao lado da sede boi-de-mamão e também dar auxílio financeiro às entidades carentes do bairro.

Contando com vossa colaboração e atenção, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

p/ Tatiana M. M. M.
Alice T. Kuerten
coordenadora do Comitê p/

done 312233

Anexo 11

Cartaz utilizado nos murais, divulgando o I Paine! de Itacorubi.



Anexo 12

Divulgação, via office vídeo, a todos os funcionários da Telesc, convidando-os a participaram do I Painei.

e: ADHB1 --SCRSCS VER A NOTA Data e hora 21/10/94 11:31:59 E01
: Usuarios ADC
e: Alice - ADHB
ssunto: (s)
UITAS VEZES NAO PARTICIPAMOS DE TRABALHOS COMUNITARIOS POR FALTA DE OPOR
UNIDADE OU POR DESCONHECE-LOS.
HEGOU A HORA DE VOCE CONHECER O QUE O COMITE DA ACAO DA CIDADANIA FAZ
ELAS COMUNIDADES E COMO VOCE E IMPORTANTE NESSE CONTEXTO.
PAINEL DO NUCLEO ITACORUBI
ATA: 25.10.94
OCAL: AUDITORIO DA TEDESC
ORARIO: 09H AS 10H30MIN
SSUNTO: EXPLANACAO E EXPOSICAO DOS TRABALHOS REALIZADOS PELOS COMITES
DE ACAO DA CIDADANIA E COMUNIDADES BENEFICIADAS
O EXITO DESTA PAINEL DEPENDE DE VOCE"
F I M D A N O T A
F1 PFs Altern. PF2 Arq. NOTAS PF3 Manter PF4 Elim. PF5 Env. a Terceiros
F6 Resp. PF7 Reenv. PF8 Imprim. PF9 Dicas PF10 Prox. PF11 Anter. PF12 Retor.

Anexo 13

Mosquitinho distribuído aos funcionários, divulgando o I Painei.

<p>I Painei do Núcleo Itacorubi Data: 25.10.94 Local: Auditório da TEDESC Horário: 09h às 10h30min Assunto: Explicação e exposição dos trabalhos realizados pelos Comitês de Ação da Cidadania e comunidades beneficiadas</p>
--

Anexo 14

Convite entregue aos participantes do comitê Itacorubi e aos ex-participantes funcionários da TELESC



TELESC
Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

AMIGOS, COMPANHEIROS DE LUTA

"Para chegar a algum lugar, voce tem que saber para onde está indo." (Denis Waitley)

Não é por acaso que muitas pessoas estão se preocupando e agindo para a contribuição de um mundo melhor.

Felizmente muitos já se deram conta de sua responsabilidade perante a sociedade, contribuindo de várias formas e uma delas voce já conhece: "O COMITE CONTRA A FOME E A MISERIA E PELA VIDA." Este ainda existe, mas precisa de sua ajuda para ser fortalecer.

Estamos, através deste, convidando-o(a) para uma REUNIAO DE EXTREMA URGENCIA, onde a pauta principal será:

* AVALIAÇÃO DA CONTINUIDADE OU NAO DO COMITE, porque muitos colegas de luta (com seus motivos), pararam no meio do caminho.

A reuniao será realizada na sexta-feira (08.04.94) às 14hs na sala 06 no centro de treinamento.

Acredite: VOCE E MUITO IMPORTANTE PARA A CONTINUIDADE DESSE PROJETO.

Até sexta-feira

Abracos

Alice
(Assistente Social)



TELESC

Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME E A MISÉRIA E PELA VIDA

"Todos têm direito à vida". é assim que rege o artigo 5º da Constituição Federal.

Mas poderíamos nos perguntar:

- Que tipo de vida é essa? Será que todos estão tendo esse direito? E a cidadania, onde está?

São esses alguns questionamentos que quase todos nós fazemos e se ainda não o fizemos, seria bom começarmos pois não dá mais para fecharmos os olhos frente a fome e a miséria de nosso País.

Foi com esse espírito que o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, iniciou o movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida.

Foi com esse mesmo espírito que as empresas resolveram participar desse movimento, exercendo assim a sua função social.

Como não poderíamos deixar de destacar, o Comitê do Núcleo Itacorubi, coordenado pelo Serviço Social da TELESC, que preocupou-se desde o início, em envolver mais entidades e empresas do bairro, como: UDESC, CIDASC, EPAGRI, APAE, CEC, ESCOLAS, CRECHE, GRUPO DE IDOSOS, GRUPO DESAFIO JOVEM, AMAI e outros, está cada vez mais atuante.

No ano em curso foram realizadas algumas atividades, das quais destacamos: Campanha do material escolar para os alunos carentes das escolas do bairro, da creche e do CEC; Doação de uma máquina de cortar grama para o Grupo Desafio Jovem oferecendo oportunidade para profissionalização e reintegração na sociedade; Campanha para o Hospital de Caridade; Doação de uma cadeira de rodas para a APAE e de colchões para a Creche "Vinde a mim as Criancinhas"; Implantação do Comitê na Superintendência Leste e em todo o Conjunto Continente e a última e mais desafiante: A REORGANIZAÇÃO DO BAIRRO ITACORUBI.

O sucesso desse trabalho depende também de VOCÊ!

Informe-se nos ramais 2238 e 2206 com o Serviço Social da Administração Central ou no Estreito, no ramal 3701 com ROSE.

TATIANI MACARINI

Estagiária de Serviço Social - 6a. fase

Participante do Comitê do Núcleo Itacorubi.

Anexo 16

Convite na office vídeo, aos funcionários contribuintes com ticket ou dinheiro, para a realização de uma reunião objetivando prestação de contas e o atual funcionamento do comitê

VER A NOTA
e: ADHB2 --SCRSCS Data e hora 25/08/94 13:38:31
e: Usuarios ADCB
e: Alice - ADHB
Assunto: (s) MOVIMENTO DA CIDADANIA

O EXERCICIO DA CIDADANIA E RESPONSABILIDADE DE TODOS."

Sera realizado no dia 30.08.94, as 14 horas, no auditorio da adminis
tracao central, uma reuniao com todos os contribuintes e ex-participantes
omite da Acao da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, com o objetivo de excia
ecermos como o comite esta funcionando, o destino das verbas recolhidas, a
essoas beneficiadas com o comite, avaliacao e sugestao para o movimento e
presentacao da prestacao de contas.

Sua presenca sera importantissima para melhor desempenho do movimento.

"A CONQUISTA PELA CIDADANIA SE DA PELA PARTICIPACAO. NAO PERMITA QUE OU
ROS TOMEM A DECISAO POR VOCE."

enciosamente
ervico Social.

F I M D A N O T A
F1 PFs Altern. PF2 Arq. NOTAS PF3 Manter PF4 Elim. PF5 Env. a Terceiros
F6 Resp. PF7 Reenv. PF8 Imprim. PF9 Dicas PF10 Prox. PF11 Anter. PF12 Retor.
VER A NOTA

Anexo 17

Convite enviado a todos os participantes do comitê Itacorubi, objetivando a presença maciças do grupo para a discussão do projeto lazer educacional.



TELESC
Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

CONVITE

Convidamos a todos os participantes do Comitê da Ação da Cidadania do Núcleo Itacorubi, para a próxima reunião a ser realizada no dia 24.04.95 (próxima segunda-feira), na sala de vídeo da Astel, às 14:00hs.

Estamos em fase de execução de um projeto lazer educacional, para o Morro de Quilombo, com objetivos de aproximação e conhecimento da comunidade. Posteriormente realizaremos outros programas, como reuniões com as mães e adolescentes desta comunidade.

Esse projeto será iniciado no dia 20 de maio do corrente ano, no horário das 14:00 às 17.00hs, no Morro do Quilombo.

Para a realização deste projeto e do bom andamento de nossos trabalhos no comitê é extremamente necessário sua participação nas reuniões.

Contando com vossa participação, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

A. Tationi macchini

Alice Thummel Kuerten
coordenadora

Anexo 18

Texto gravado com fundo musical em fita cassete, utilizado para a divulgação no alto falante, (carro de som) para a realização da tarde de lazer.



TELESC

Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

ATENCAO MORRO DO QUILOMBO - ITACORUBI

Convidamos a todos os moradores do Morro do Quilombo Itacorubi, a participarem da tarde de lazer que sera realizado no dia 20 a partir das 14:00hs no Portão da Represa.

Havera show musical, recreação infantil, pipocas, pirulitos e outras atrações.

NÃO PERCAM !!!

VENHAM PARTICIPAR!!!

PROMOCÃO: Comitê da Ação da Cidadania do nucleo Itacorubi e representantes da comunidade.

Anexo 19

Informativo das entidades existentes no Bairro Itacorubi, distribuído no Morro do Quilombo no dia da realização da tarde de lazer.

EIS ALGUMAS ENTIDADES EXISTENTES NO BAIRRO, E QUE VOCÊ PODERÁ SOLICITAR AJUDA:

ESCOLAS:

- ♦ Vitor Miguel de Souza
- ♦ Leonor de Barros

CRECHE:

- ♦ Oferece atendimento para crianças de 0 a 6 anos.

CEC - Centro de Ensino Complementar

1. Para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos
2. Oferece:
 - ♦ dança
 - ♦ judô
 - ♦ futebol
 - ♦ educação artística
 - ♦ reforço escolar
 - ♦ grupo de adolescentes
 - ♦ orientação às famílias

CENTRO DE SAÚDE II

Oferece a comunidade:

- ♦ atendimento psicológico
- ♦ atendimento médico-odontológico
- ♦ atendimento a gestantes
- ♦ vacinação

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

- ♦ Oferece atendimento a portadores de deficiência física e mental ou somente mental

GRUPO DESAFIO JOVEM

- ♦ Faz um trabalho de prevenção e recuperação de drogados e alcólatras.

GRUPO DE IDOSOS

- ♦ Realizam trabalhos manuais e está voltado ao lazer.

AMAI - Associação de Moradores e Amigos do Itacorubi

- ♦ Esta tem por objetivo lutar para melhorar os problemas da comunidade.
- ♦ Está aberta p/ quem quiser contribuir.

ACÇÃO DA CIDADANIA
NÚCLEO ITACORUBI

Anexo 20

Texto utilizado no I Painel da Telesc e no convite feito a Senhora Rita de Cássia com intuito de divulgar as atividades realizadas pelo comitê.

PROJETOS E ATIVIDADES REALIZADAS PELO NÚCLEO ITACORUBI DA AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME E PELA VIDA.

1 - PROJETOS DE GERAÇÃO DE EMPREGOS

- 1.1 - Compra de uma máquina de cortar grama e treinamento para um grupo de pessoas da Entidade Desafio Jovem (Entidade, que trabalha com drogados em recuperação.)

2 - PESSOAS E/OU FAMILIAS BENEFICIADAS

- 2.1 - O Comitê elegeu a comunidade carente de Itacorubi e as entidades carentes desse mesmo bairro, para desenvolver o seu trabalho.
Comunidade - mais ou menos 300 famílias
Entidades - 08

3 - PROJETOS EDUCATIVOS

- 3.1 - Curso de alfabetização, em convênio com a Universidade Estadual (UDESC), para as senhoras da Associação das lavadeiras e do setor de limpeza da TLESC.
- 3.2 - Compra de material escolar básico para 234 crianças carentes do Bairro Itacorubi.
- 3.3 - Confecção de blocos de rascunhos para as crianças carentes do bairro, feito com papel reciclável.

4 - PROJETOS DE SAÚDE


- 4.1 - Realização de um projeto na comunidade sobre plantas medicinais, juntamente com a Pastoral da Saúde.
- 4.2 - Atuação junto ao Posto de Saúde do Bairro Itacorubi.

5 - OUTROS PROJETOS

- 5.1 - Conserto de máquina centrífuga de roupas e compra de fechaduras para porta da Associação das Lavadeiras.
- 5.2 - Conserto de 04 carrinhos para excepcionais da APAE.
- 5.3 - Parcela de ajuda para a compra de um caminhão para a Feira Comunitária.
- 5.4 - Compra de um liquidificador para o CEC (Centro de Educação Complementar) da Prefeitura Municipal.
- 5.5 - Colocação de vidros nas janelas da creche da Prefeitura, no Bairro Itacorubi.
- 5.6 - Compra de um Parque infantil para a creche da Prefeitura no Bairro Itacorubi.
- 5.7 - Doação de 73 cestas básicas, para pessoas carentes do Bairro Itacorubi.
- 5.8 - Doação de material de limpeza, gêneros alimentícios, material de construção e conserto de carro do Desafio Jovem.
- 5.9 - Festa de natal das crianças da creche, no Bairro Itacorubi.
- 4.10 - Realização de uma Festa Comunitária em Itacorubi, com intercâmbio esportivo, cultural e social.
- 4.11 - Compra de leite e colchões para a creche Vinde a Mim as Crianças do Município de São José.
- 4.12 - Doação de material de limpeza para o Hospital de Caridade que foi parcialmente destruído por um incêndio.
- 4.13 - Compra de uma cadeira de rodas para a APAE - Biguaçu.
- 4.14 - Conserto de aparelho de surdez para um membro do bairro Itacorubi.
- 4.15 - Ajuda no tratamento médico de um membro do Bairro Itacorubi.
- 4.16 - Na área político-social foi realizado um plebiscito na Comunidade, para definir entre duas entidades representativas que a comunidade tinha, qual ficaria como sua efetiva representante, com o objetivo de reorganizá-la e fortalecê-la.

O Comitê iniciou suas atividades em agosto de 1993. E com posto pelas seguintes Entidades e/ou Empresas:

TELESC, UDESC, CIDASC, CIASC, EPAGRI, SECRETARIA DA AGRICULTURA, COLEGIOS, CRECHE, POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO, APAE, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, ASSOCIAÇÃO DAS LAVADEIRAS, GRUPO DE IDOSOS, GRUPO DESAFIO JOVEM.


Alice Inummel Kuerten
Coordenadora comitê

ANEXO - II CAPÍTULO

A) O que é cidadania nas falas dos membros do comitê.

A.1) Comitê do Núcleo Itacorubi da Ação da Cidadania.

Este foi o grupo principal da realização do estágio. Atualmente é a equipe que está levando a frente os trabalhos do comitê. Neste grupo participam assiduamente nas reuniões semanais em média de seis pessoas.

Foram pesquisadas 10 pessoas, sendo que três não entregaram .

Segundo os membros. cidadania significa:

- Para pessoa A “Debater com a sociedade, para encontrarmos a solução de forma integrada”.
- Para pessoa B cidadania é “direitos e deveres, ser cidadão para o Estado, desempenhando um papel de colaboração e o lugar onde vive para a melhoria do bem estar das pessoas”.
- Para pessoa C cidadania é “o direito nato de cada pessoa. Nosso cidadão não sabe como viver ou aproveitar este seu direito. Falta educação”.
- Para a pessoa D cidadania é “ser morador de um determinado lugar e ali goze de direitos civis e políticos de um determinado Estado. O verdadeiro cidadão além de escolher conscientemente os seus representantes não pode ficar esperando deles que eles sozinhos venham a resolver todos os problemas sociais. Ele deve ser atuante no meio em que vive. Agente transformador buscando a cooperação mútua. O verdadeiro cidadão além de seus direitos básicos (serviço militar, voto, impostos, vida ativa e profissional) deve cooperar com os Movimentos Sociais, pois visam transformação no nosso meio e a solução dos problemas existentes”.
- Para a pessoa E cidadania é “muito importante quando exercida por todos. São poucos os que gozam desse privilégio”.
- Para a pessoa F cidadania é “a consciência que a pessoa possui de ser um cidadão, ou seja, que ela está inserindo na sociedade. Sendo assim, ela passa a ser um sujeito que possui direitos e deveres”.
- Para a pessoa G cidadania é “o direito que cada pessoa deveria ter para viver e não sobreviver, com dignidade, tendo como base: moradia, saúde, educação e trabalho.

A.2) Comitê Regional de Florianópolis.

Nesta pesquisa foram abordados somente os participantes da diretoria e da comissão de educação.

Vejamos o que os seis participantes nos falam sobre suas concepções de cidadania.

- Para a pessoa A cidadania é “uma condição pessoal atingida quando a sociedade proporciona ao indivíduo os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais”.
- Para a pessoa B cidadania é “participação é motivação”.
- Para a pessoa C cidadania “pressupõe direitos e deveres, participação efetiva em todo o processo social. É ter direito a casa, saúde, educação, comida e sobretudo a vida. É a verdadeira e original idéia da Polis grega (em termos - exclusão melhores)”.
- Para a pessoa D cidadania é “lutar contra as injustiças sociais”.
- Para a pessoa E cidadania é “o que nos faz iguais. Sem ela somos inúteis. Escravos da política dos poderosos”.
- Para a pessoa F cidadania é “o processo (anistia - direitos já - redemocratização - eleições diretas - Movimento pela Ética na Política - impeachment - Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida). São movimentos que expressam a democracia da sociedade para o Estado visando uma vida social menos estigmatizada, juntando interesses sociais, criando a partir daí um novo sujeito social que, cultiva direitos e deveres comuns, tornando a democracia um exercício constante e cotidiano”.

A.3) Comitê de Educação

Este comitê é uma subdivisão do comitê Regional. Nele participam nas reuniões, semanalmente, em média de 7 a 12 pessoas.

Citarei o que cada participante colocou sobre sua concepção de cidadania.

- Para a pessoa A cidadania é “liberdade de ir e vir, ter direitos respeitados”.
- Para a pessoa B cidadania é “intercâmbio da sociedade civil e organização das pessoas que não tem autonomia de ser cidadãos”.
- Para a pessoa C cidadania é “uma questão muito importante que precisaria de mais adesão”.
- Para a pessoa D cidadania é “integrar as pessoas na sociedade”.

- Para a pessoa E cidadania é “a pessoa se sentir cidadão. É a comunidade ajudar essa pessoa a ser cidadão. É a gente se unir e estar perto das pessoas que não tem oportunidade. Evitar a fome desemprego e desigualdades. As pessoas tem que ser cristã. Hoje em dia elas estão com pouca fé. Quem foi Deus? Quem é Deus? São poucos os que se perguntam. As pessoas tem que acreditar que existe algo além da morte/matéria. As pessoas tem que se aproximar da velhice porque ele já fez, da criança porque é frágil e do jovem porque tem muito a dar”.
- Para a pessoa F cidadania é “ser bem aceito pelos membros da comunidade”.
- Para a pessoa G cidadania é “direito de todos, entretanto um determinado grupo é beneficiado”.
- Para a pessoa H cidadania é “uma questão de justiça, de valorização de todas as pessoas, sem distinção de classe e posição social”.

A.4) Pessoas desistentes do grupo iniciante da Telesc.

Esse grupo iniciou com 20 pessoas. Atualmente desse grupo continuam participando das atividades do comitê apenas três pessoas.

Vejamos o que eles nos colocam referente sua concepção de cidadania.

- Para a pessoa A cidadania é “acabar com a discriminação e aumentar a fraternidade, todos nós temos direitos e deveres, mas não estão sendo respeitados”.
- Para a pessoa B cidadania é “uma realidade muito grave e que depende só de nós para amenizar um pouco os problemas que aflige nossos semelhantes”.
- Para a pessoa C cidadania é “direitos e deveres, qualidade de cidadãos dentro de um contexto social”.
- Para a pessoa D cidadania é “participação ativa na sociedade, ter direitos e deveres e conhecimento para poder exercer. Hoje as pessoas estão adquirindo maior consciência de que tem, do que podem e devem manifestar. São mais ativas. Antes não se questionava”.
- Para a pessoa E cidadania “fica difícil parar e pensar, hoje, sobre cidadania. Coloca que tem pessoas que conseguem. Mas deixa claro que as pessoas tem pouco espaço e que depende da força de vontade de cada um para conquistar seu ideal”.
- Para a pessoa F cidadania é “uma proposta de solidariedade”.

- Para a pessoa G cidadania é “direitos de oportunidades. As pessoas são muito exploradas. Desde a nossa colonização, começando pelos índios que levavam uma vida livre. Vieram os portugueses e roubaram o território, alteraram a cultura. Com isso crescem as explorações. Outros países querendo monopolizar nossas terras. Bem... É uma história triste. Hoje detém o poder quem tem dinheiro e não o que tem conhecimento. O governo foge a responsabilidade para a sociedade civil. Na Telesc a presidência deu aval”.
- Para a pessoa H cidadania é “ter uma visão aberta para estar com os braços abertos para dar apoio e tranquilidade aos que estão próximos a nós”.
- Para a pessoa I cidadania é “ter direitos e obrigações. Respeito humano e direitos de sobrevivência”.
- Para a pessoa J cidadania é “contribuição para uma melhor distribuição de renda”.
- Para a pessoa L cidadania é “integração do indivíduo na sociedade”.
- Para a pessoa M cidadania é “ter direitos e deveres. No Brasil a qualidade de vida é muito diferenciada”.
- Para a pessoa N cidadania significa “todos nós independente da classe social e econômica temos condições de ajudar os outros, pois, dependemos uns dos outros”.
- Para a pessoa O “a pessoa passa a fazer parte da cidadania quando tem status. Quem tem, tem, quem não tem bate palma. A maioria das pessoas não exercem a sua cidadania. Há muita demagogia. Falam da boca para fora. Ninguém ajuda ninguém de graça. Faz uma pergunta : Será que tem cidadão no Brasil?”.
- Para a pessoa P cidadania é “que todas as pessoas deveriam trabalhar o meio em que vivem no mínimo, para o bem comum se fizesse mais presente, como educação, lazer, incentivo ao trabalho e respeito mútuo”.
- Para a pessoa Q cidadania “se caracteriza pela liberdade de se fazer escolhas, pelos direitos e oportunidades de acesso aos bens e serviços e pelo respeito à vida e à natureza’.

ANEXO DO III CAPÍTULO

SOBRE AS PROPOSTAS

21.1) Comitê do Núcleo Itacorubi

- Para a pessoa A a proposta “possui uma responsabilidade muito grande ao ter-se unido para trabalhar a favor do bairro e suas demais atividades. É a formação de movimentos como esses que levará a consciência mais crítica e participativa em busca de um objetivo comum e melhor qualidade de vida.”
- Para B a proposta é “um movimento em prol dos menos favorecidos.”
- Para C a proposta é “boa e com idéias bem definidas.”
- A pessoa D coloca que “se partir para a parte educacional seria melhor e isso já está acontecendo.”
- Para E “é válida uma vez que vem ao encontro a uma comunidade necessitada e sendo que a partir de um primeiro encontro, pode ser iniciado serviços de saúde, educação, alimentação, assistência social, gestantes, viciados, etc, melhorando o padrão de vida dos moradores.”
- Para F “é muito bonito, com ele tentarmos mostrar aos cidadãos seus direitos e deveres.”

21.2) Comitê RegionaI de Florianópolis

- Para a pessoa A a proposta é importante na medida em que busca superar o assistencialismo e envolver o povão marginalizado, na luta pela auto-organização.”
- Para B “é fantástica. Algo ímpar a organização da sociedade para reivindicar justiça e cidadania.
- Para C “é boa, mas precisa de mais participação.”
- Para D “é boa”.”
- Para E percebe que “através dessa proposta tem que acabar com a fome.”
- Para F “rompe com o corporativismo. É uma atitude contra as práticas de tutela, inculando-se idéias de solidariedade e de autodeterminação.”

21.3) Comissão de Educação

- Para A, é “fantástica a conscientização do mundo empresarial e das pessoas, dos cidadãos. E isso é de forma participativa e através da educação há mudança.”
- Para B “houve muita conscientização e organização.”
- Para C a proposta é “uma chance do pequeno começar a ser cidadão.”
- Para D “é boa. Seria necessário a vinda de mais entidades.”
- Para E “a proposta é a única viável no momento para ajudar as pessoas da comunidade.”
- Para F essa proposta “se transformou em semente e hoje está germinando. Agora é só cuidar.”
- Para G “acha ótima. Hoje as pessoas estão se matando por causa de comida e isso é muito triste. Nós temos que ajudar esse povo a sair dessa.”

- Para H “acha muito válida, pois, possibilita que comunidades que tenham carência, possam implementar atividades que podem contribuir para um melhor nível de cidadania.”

21.4) Funcionários da Telesc - desistentes

- Para a pessoa A “a proposta virou rótulo e limita muito. O nome não foi claro. Precisa fazer parte para saber que não é só dar o pão. Falta educação.”
- Para B a proposta “é boa. É preciso dar aos necessitados uma opção de auto-sustentarem.”
- Para C também “é muito boa, mas depende de como está sendo levada. Houve desvios dos objetivos. Muito assistencialista e este não foi o objetivo do Betinho.”
- Para D “é interessantíssimo. Ele teve muita coragem,. Se todos os políticos da vida fizessem isso.”
- Para E a proposta “é espetacular. Todo cidadão é responsável por uma série de coisas. A maioria jogam para terceiros. É preciso envolver áreas não governamentais e governo. Nesta proposta tenta-se mostrar a responsabilidade de cada um.”
- Para F “é bastante válida.”
- Para G “é muito boa. Betinho se preocupou desde o início não com a fome, mas com emprego, educação. Muitas pessoas por desconhecimento deturparam. Está sendo uma das melhores para o momento. Abrange sociedade civil e governo. Esta parceria mais a pressão do povo poderá melhorar, mas levará muito tempo.”
- Para H a proposta “é boa. Oferece o caníço e ensina a pescar. Betinho deu a mão para que outros se levantassem e melhorassem e não dar tudo de mão beijada.”
- A pessoa I, coloca que “o Betinho teve boa intenção. Ao longo do caminho o movimento foi deturpado. Muitas pessoas perderam o objetivo inicial e começaram a lutar por disputas sociais: sou secretária, sou coordenadora, etc. Caridade se faz e vai embora.”
- Para J a proposta “é boa. Deveria ter vindo a mais tempo. As pessoas quando estão na pior tornam-se socialista. Começam a retornar para o social quando a situação pessoal deles está ruim, mas isso não invalida o movimento.”
- Para L “é interessante. Deve ser levada adiante. Se o governo não cumpre o seu dever social, nós temos que fazer algo.”
- Para M “a proposta é boa. Mas não adianta fazer algo que usando está doente. A pessoa desperta para isso quando está quase morrendo. Minha pergunta para te responder é : Se ele estivesse bem ajudaria o próximo?”
- Para N “é uma proposta consciente da situação em que a grande maioria do povo brasileiro hoje vive.”
- A pessoa O nos diz que “ele está lutando por uma causa nobre: Para que diminua a fome no Brasil e para que as pessoas de menos renda tenham vida digna.”
- A pessoa P “acha que a proposta é válida, uma vez que redireciona o sentido da assistência social no Brasil, enfatizando a solidariedade no lugar do assistencialismo.”
- Para a pessoa que “a proposta do comitê precisa ser mais conscientizada dentro da comunidade atuante.”

SOBRE SUAS MOTIVAÇÕES

22.1) Comitê de Itacorubi

- Para a pessoa A sua motivação foi “a própria entidade e por ter interesse em participar.”
- A pessoa B nos coloca que “dentro de cada um de nós sempre tem aquela pergunta: Se eu tenho o que tenho, eu sou uma minoria privilegiada. Eu posso ajudar alguém? Quem? Como? Etc... O comitê foi um meio que pude participar, somar idéias, muitas vezes tratando diretamente do problema, o que é muito gratificante.”
- Para C foi “a necessidade de colaborar com a comunidade nas suas necessidades”.
- Para D “foi o início educacional para a população carente”
- Para E sua motivação “foi a necessidade de ampliar relações com o meio social no qual estamos inseridos. Somos entidade que visa a recuperação de farmacodependentes. Podemos também contribuir com recursos humanos, experiência com drogados, meio social, bem como a disposição para ajudá-los e também quanto sermos beneficiados, com auxílio financeiro, burocrático e nas relações com a comunidade e outras entidades sem fins lucrativos.”
- Para F “Sua motivação se deu através de sua participação num grupo organizado. Foi motivada a trabalhar em prol da comunidade carente.”

22.2) Comitê Regional de Florianópolis

- Para A o que motivou sua participação no comitê, foi “a necessidade do sindicato em se articular com a sociedade na luta contra a fome e a miséria.”
- Para B foi “a angústia de ver as pessoas excluídas do processo social. É inadmissível este país negar os requisitos básicos de sobrevivência. Não conseguiremos resolver este problema sem organização. E nesta organização estão todos excluídos.”
- Para C foi “a vontade de fazer algo pela sociedade.”
- Para D sua motivação foi “continuar brigando contra as injustiças sociais.”
- Para E foi a “oportunidade de enxergar que podemos ser fortes.”
- Para F “este movimento parte da sociedade e não do Estado. No planejamento anual previa a participação em comitês, visando uma atuação mais orgânica com os movimentos sociais. Este movimento da Ação da Cidadania é descentralizado, suprapartidário e permite aprofundamento das questões locais, liberdade e autonomia.”

22.3) Comissão de Educação

- Para A sua motivação “foi a sede de ajudar as crianças de rua e jovens sem perspectiva de vida.”
- Para B foi “a curiosidade e a necessidade de formar um comitê em sua comunidade.”
- Para C “foram as necessidades de sua comunidade”
- Para D “foi o trabalho com os menores.”
- Para E foi “a necessidade de integrar pessoas.”
- Para F “Porque ela trabalha com uma comunidade muito carente. Aqui nos sentimos perto das pessoas e com muita força. Aqui nós somos ouvidos, podemos por os problemas da gente e da comunidade.”

- Para G a motivação “nasce em cada de nós. Ou você visualiza seu irmão que está ao seu lado ou ignora.”

22.4) Funcionários da Telesc - desistentes

- Para A sua motivação foi “trabalhar para ajudar aqueles que necessitam. E dar ao próximo uma visão melhor de existência.

O que levou-a desmotivar-se foi o desinteresse dos colegas, falta de credibilidade dos colegas, falta de posicionamento dentro do próprio comitê. e sem respaldo da chefia e por acomodação.”

- Para B sua motivação foi “a sensação de felicidade que sente quando ajuda alguém. Sempre teve abertura para isso. É filha de família humilde e de muita espiritualidade. Coloca que a religião nos ajuda a ser fraternos.

A causa de desistência foi o serviço. É secretária e fica difícil sair. Ajuda esporadicamente.”

- Para C “foi válido ter participado. As pessoas que passam por isso tem algum tipo de consciência.

Sua desmotivação foi porque as idéias não eram aceitas,. Não tínhamos respaldo. Citava a idéia e levava bronca na frente de todos. Algumas idéias que colocava falavam que já haviam discutido. Falava em tom de cobrança . Com voluntariado não se age assim. Vi que não precisavam de mim. Não tinha autonomia o que falávamos. Sempre éramos cortados (eu e alguns colegas). A participação não era de todos, mas de um grupo que decidia. As idéias eram unilateral e muito direcionadas. Não vou perder tempo ponde não sou necessária e não precisam de mim.”

- Para D sua motivação foi “porque sempre gostou de ajudar. Sua desmotivação foi o comodismo.”

- A pessoa E “não teve maiores intenções de participar.

Foi como chefe e não como cidadão. Foi para acompanhar o início.

O que o fez desistir foi por falta de tempo e ter ido como chefe e não cidadão”.”

- Para F foi “a vontade de ajudar e fazer alguma coisa. Dar alguma contribuição aos menos favorecidos de meu País.

Sua desmotivação se deu pelo desprestígio dos colegas, o pouco caso e a descrença dos colegas em relação ao movimento.”

- Para G o que levou a motivar-se foi “por ter esse espírito humanitário que achou interessante participar do movimento. Por sentir-se bem fazendo algo para a comunidade e porque sempre esteve engajada em movimentos populares. é uma obrigação nossa que temos um pouco mais, ajudar o outro que não teve a mesma chance.

Sua desmotivação foi pela falta de tempo e acomodação. Foi muita técnica e pouco humanismo. Faltou o lado humano. As assistentes sociais são muito frias.”

- Para H foi a “solidariedade aos mais necessitados.

Sua desmotivado foi pelo acúmulo, de tarefas na época e por acomodação.”

- Para I sua motivação foi “porque sempre gostou. Passou por miséria e fome. Para mim mostraram o caminho, lutei e hoje estou na Telesc. Eu ajudo e nós temos que ajudar somente que tem emprego, trabalham e ganham pouco, porque esses a gente sabe que lutam. Ouvi na minha cara, quando um dia desses, fui entregar roupa e comida para uma pessoa da favela: Pra que trabalhar se eu ganho na minha porta? A partir daquele dia só dou para quem trabalha.

O que levou a desistir foi seu trabalho que dificultou. Não dá para sair muitas vezes. Vinha muita coisa da presidência e tinha que fazer. Outra foi a inveja e o ciúme dos colegas. Eu podia ficar aqui fumando ou batendo papo, mas era só eu sair a fofoca começava e eles achavam que eu estava tendo privilégios. Outra coisa é que era tanta, tanta, reunião que não se chegava a lugar nenhum. Era um saco. Não sei pra que um negócio desses ter tanta reunião. Isso tem que ser jogo rápido. Eu nunca vi uma coisa dessas ter tanta reunião. Aí, um fazia e outro não fazia. E, também, porque, não tinha valor o que nós falávamos. As opiniões eram cortadas.”

- Para J foi “porque teve princípios de base socialista e religioso. A religião torna as pessoas socialistas. O socialismo é o cerne da justiça, bondade e doação. A base do capitalismo é o contrário.

Desmotivou-se porque não tem como sair da auditoria interna. E como está não tem vontade de voltar. Fugiram do objetivo inicial, que era distribuir cestas no morro. Agora estão se envolvendo até com associação de moradores. E também por priorizarem entidades como a APAE, que não tem tanta necessidade.”

- Para L sua motivação se deu “pela sensação de felicidade de poder fazer alguma coisa pequena que fosse a alguém que tivesse menos do que eu.

Desmotivou-se porque na época foram alguns motivos que fizeram não concordar com algumas idéias do movimento.”

- Para M sua motivação foi “ajudar o próximo. Não pensando em receber em dobro. Para quem está em baixo não sabe como é doloroso. O pai querer dar o melhor para o filho e não ter. Causa: exploração social. Não deixar um só no poder. O povo erra por comida e os ricos erram por ganância.

Desmotivou-se porque ficou muito centralizado e apagado. Se cada um pegasse firme o negócio ia para a frente. Muita gente ia lá para não trabalhar. As pessoas querem aparentar muito para suas chefias.”

- Para N foi a possibilidade de “poder contribuir de alguma forma em prol dos menos favorecidos.

Sua desmotivação se deu pela falta de solidariedade daqueles que poderiam fazer algo mais.”

- Para O que levou a entrar no movimento “foi porque ficou entusiasmada e quis dar sua contribuição.

Desistiu porque não tem tempo disponível para participar.”

- Para P o que levou a entrar no movimento foi “o desejo de ver modificada a cultura paternalista e de passividade na Telesc e desejo de contribuir para uma mudança nesse País. sua desmotivado se deu porque os rumos que o movimento tomou, com conotação de assistencialismo, ou melhor, de filantropia, desviando-se dos objetivos do movimento.”

- A pessoa Q nos coloca que “ primeiro é fruto de sua educação, atuar numa comunidade carente e segundo, mostrar o potencial da empresa Telesc, como grande meio atuante.

Vários motivos levaram a sua desmotivação:

- falta de conscientização e estímulo da chefia;
- empresa não oferecia horário para atuar;
- desencadeamento da proposta inicial do comitê, que era o atendimento aos menos favorecidos;
- APAE se beneficiando em demasia;
- reuniões do comitê sem critérios, objetivos. Falava-se muito e pouca ação;
- inicialmente priorizou-se um levantamento na comunidade que ficou sem fundamentos.”

SOBRE AS ATIVIDADES REALIZADAS

23.1) Comitê de Itacorubi

- Para a pessoa A “foram realizadas duas festas comunitárias, feito ajuda ao Desafio Jovem, a Creche, Posto de Saúde, Associação das Lavadeiras e ajuda a Orionópolis.”
- A pessoa B se absteve.
- Para C foi dado auxílio específico as necessidades carentes, distribuição de material escolar nas escolas mais carentes, promovido festas com fins de arrecadar alimentos para posterior distribuição a comunidade e entidades carentes. Enviou pessoas a fazer cursos. Para o Desafio Jovem, foi importante a compra da máquina de cortar grama. Com isso implantou-se o programa de jardinagem, arrecadando fundos para nossa entidade. Nos abriu as portas para o pronto atendimento ao Posto de Saúde em troca de serviços de jardinagem. Tem auxiliado jovens drogados a irem para a recuperação no Desafio Jovem de São Carlos - S.P. Ressaltamos que o Desafio Jovem de Santa Catarina tem progredido muito com a ajuda do comitê.”
- Para D realizou “festas beneficentes e bingos.”
- Para E realizou “festas dirigidas a comunidade, arrecadações e doações de materiais, compras de equipamentos, alimentação a entidades ou famílias carentes, discussões e reuniões em prol do bairro, avaliação de seus serviços prestados.”
- Para F foram realizadas duas festas para a comunidade 93/94, distribuição de cestas de natal 93/94, doação de uma máquina de confeccionar fraldas para Orionópolis, doação de colchões para a creche Vinde a Mim as criancinhas, doação para o Hospital de Caridade.”

23.2 Comitê Regional de Florianópolis

- Para a pessoa A foram realizados: “organização de armazéns comunitários, organização de padarias comunitárias e organização de fabriquetas de sabão para gerar renda.”
- Para B foram feitas “realizações desde a sensibilização da sociedade na participação e construção de projetos alternativos (parcerias de combate a fome até ações emergenciais que visam atender pessoas que não tem o que comer.”
- Para C foram “realizadas padarias comunitárias, cooperativas, discussão de projetos e discussão com os outros órgãos.”
- Para D foram “realizados atendimento a quem precisa.”
- Para E foram “feitos jornais, programas de auxílio e pensar em conjunto com outros setores.”
- Para F “o comitê do SINTRAFESC, implantou em todos os órgãos federais o recolhimento de papéis para reciclagem do Comitê da Caixa Econômica Federal, participa do núcleo de transporte urbano .”

23.3) Comissão de Educação

- Para A “no comitê da Casan foram realizadas: campanha do agasalho, dia da criança, campanha do material didático, adotaram 03 educadores em comunidades diferentes, ajudaram creche, asilo e crianças com AIDS.”

- Para B foi “dado apoio as comunidades carentes, apoio aos armazéns comunitários, repasse de verbas para manutenção do caminhão e apoio na campanha adote um educador.”
- Para C “foram realizados cursos, alfabetização e integração.”
- Para D “foram feitas várias atividades.”
- Para E “foram realizadas diversas campanhas, cursos profissionalizantes e organização das comunidades.”
- Para F “foram feitas várias coisas diversificadas.”
- Para G “o comitê ajudou uma escola, não lembra qual foi a comunidade, ajudou nossa comunidade, deu cadeiras para a aula de catequese. Antes sentava no chão. Ajudou mocós da comunidade que tem vários vícios. Sempre vemos as coisas realizadas no comitê e a gente se fortalece mais.”

SOBRE O INTERCÂMBIO

24.1) Comitê do Núcleo Itacorubi

- Para A “há intercâmbio, participação e integração de barraquinhas com mostruário e vendas dos produtos e entidades.”
- Para B “há intercâmbio.”
- Para C “há intercâmbio com os grupos do tipo Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e outros.”
- A pessoa D “não tem conhecimento. Apenas sabe que foi montado outro comitê na Telesc do Estreito.”
- Para E “está havendo muito pouco intercâmbio.”
- Para F “está havendo muito pouco.”

24.2) Comitê Regional de Florianópolis

- Para A “o intercâmbio se dá a partir de fóruns nacionais da Ação da Cidadania, distribuição, jornal da cidadania e outros jornais.”
- Para B “os comitês foram construídos para pensar e fazer ações de combate a fome. Se acharem que a parceria entre os comitês ou outras organizações é fundamental que façam, não esperem cair do céu. Eu comungo a idéia de parceria.”
- Para C “não há intercâmbio. O que há é muito pouco, só nas reuniões do comitê regional.”
- Para D não há intercâmbio. São poucos os que discutem as coisas politicamente. Muitos só assistem e não produzem.”
- Para E “há muito pouco intercâmbio. Precisa mais.”
- Para F “é muito fraco. Tanto a nível regional como estadual. Existe um certo medo a criação de instâncias burocráticas.”

24.3) Comissão de Educação

- Para A “existe intercâmbio.”
- Para B “não há muita comunicação entre os comitês. Falta entrelaçá-los para uma comunidade mais comum. Participo só do comitê de educação.”

- Para C “existe intercâmbio.”
- Para D “o intercâmbio está ótimo.”
- Para E “está muito bom. Deveria crescer muito mais.”
- A pessoa F “acredita que deve ter. Conhece só o pessoal do comitê de educação. Não conhece outro.”
- Para G “não está ocorrendo. Cada um isoladamente está procurando desempenhar sua parte, fazendo parcerias e incentivando seu crescimento e abrangência.”

SOBRE OS AVANÇOS E TRANSPARÊNCIAS

25.1) Comitê do Núcleo Itacorubi

- Para A “os avanços foram melhorias no Bairro, ajuda a entidades não pertencentes ao Itacorubi.

Quanto as transparências coloca que as propostas são bem esclarecidas e bem explicadas.”

- Para B “o comitê apesar de suas limitações tem ajudado bastante as instituições do bairro. Coloca que há transparências.”

- A pessoa C “coloca que está há mais ou menos 2 anos. Percebeu que o número de pessoas diminuiu, mas a qualidade melhorou. As idéias estão fluindo melhor e as pessoas estão mais integradas. As reuniões estão mais prazerosas.

Quanto as transparências coloca que dentro do sistema em que está inserido a proposta do comitê está sendo cumprida e está sendo mantida a relação entre o conteúdo e a ação e a sua forma, que se caracteriza na proposta.”

- Para D “o comitê e os participantes estão amadurecendo e a proposta está começando a ser entendida por todos.

Quanto as transparências ressalta que no início esta proposta não estava sendo alcançada, mas com o passar do tempo esta será cumprida.”

- Para E do início até agora o “comitê já ajudou muita gente e estão conquistando cada vez mais espaço na comunidade. Quanto as transparências, acredita que tenha.”

- Para F “tudo é muito lento mas já fizemos muitas coisas, também pequenas e que ajudaram muito a comunidade.

Ressalta que sempre houve muita transparência dentro daquilo que foi proposto.”

25.2) Comitê Regional de Florianópolis

- Para A “foram feitos grandes avanços nos armazéns comunitários (barateia os custos), produtos básicos comunitários pela classe trabalhadora. Outro avanço foi a articulação entre os diversos comitês, potencializando ações.

Ocorre transparência pois a própria comunidade fiscaliza as ações. É participante ativa.”

- Para B “foram vários os avanços. Espírito de solidariedade com o compromisso político que passa a ser resgatado.

Coloca que acredita que há transparência, pois, esta é uma proposta da sociedade e não de alguns.”

- Para C “foram feitos vários e acredita que há transparência.”

- Para D “foram muitos os avanços e todos tem dado sua contribuição.

Ressalta que há transparência.”

- Para E “há transparência. Absteve de responder sobre os avanço.”

- Para F “o comitê ainda está em seu começo. É um caminho aberto. Já representa mudança sócio-cultural. Essas concepções são novas e estão brotando. A micro estrutura da sociedade quer mais democracia. Com miséria não tem democracia. Referente as transparências coloca que o comitê rege-se por princípios democráticos e apresenta bom nível de transparência.”

25.3) Comissão de Educação

- Para A “o maior avanço foi o compromisso das empresas em adotar educadores. Coloca que há transparência no comitê.”
- Para B “foi muita conscientização, acessoria, participação e valorização da pessoa humana. Referente a transparência coloca que há bastante abertura.”
- Para C “os avanços foram a compra de um caminhão para as feiras comunitárias. Apoio as padarias e setores de educação. Coloca que eles (comunidade) tem visão das propostas.”
- A pessoa D colocou “que fica difícil avaliar os avanços, porque ela não estava no início e faz pouco tempo que entrou. Mas pelo que percebe há transparência no comitê e isso não pode acabar.”
- Para E “ouve muitos avanços. Aqui a gente se sente a vontade e igual aos outros. As empresas tem que ouvir a gente e as pessoas porque as pessoas também vão servir a empresa. Com relação ao trabalho do comitê não tem dúvida nenhuma de que há transparência. Sente muito certo.”
- A pessoa F percebeu muitos avanços, principalmente a adesão de várias pessoas e há transparências no comitê.”
- Para G “os avanços que sentiu foram mais pessoal: eu cresci muito mais e estou vivenciando situações reais e não fantasias de vida. Quanto a outra questão se absteve.”
- Para H “os avanços são mais perceptíveis pelas atividades que estão sendo desenvolvidas nas comunidades, com o auxílio e orientação do comitê. Outro avanço são a discussão e os debates sobre temas relacionados com a realidade de nossa cidade, principalmente das comunidades menos favorecidas.”

SOBRE AVALIAÇÃO DO COMITÊ E A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS

26.1) Comitê de Itacorubi

- Para a pessoa A “existe participação assídua de 5 a 6 pessoas da comunidade. Como na comunidade existe mais ou menos 35 grupos (entidades, empresas, igrejas, grupos...), a participação é fraca.”
- Para B é “um movimento para crescermos juntos.”
- Para C “está além das expectativas. Falta interesse dos participantes em relação a cidadania.”
- Para D “muitas pessoas ficam semanas sem ir. só aparecem quando tem festa ou então vem solicitar sua parte. Essas questões tem aspectos mais ou menos, pois, se por um lado

tem diminuído a quantidade, por outro tem melhorado a qualidade e facilitando a tomada de decisões.”

- Para E “há uma certa deficiência na relação comitê e comunidade. Não por falta de como estabelecer esta relação. Porém haverá um projeto por parte do comitê em resgatar tal fato através da Rua de lazer no Morro do Quilombo. Este projeto trará muitos resultados ao comitê.”
- Para F “a participação dos empregados da Telesc é péssima. No início a adesão foi razoável. Hoje é até triste de ver. Está aniquilado, quase definhando. Falta mais garra, dividir as tarefas em comissões e envolver a comunidade. Alguma coisa está errada.”
- Para G “a ação do comitê, dentro de suas limitações, acho muito bom, bem como o pessoal que participa.”

26.2) Comitê Regional de Florianópolis

- Para A, “até 1994, foi com um grande número de participantes. no momento precisa repensar sua linha de atuação. Algumas pessoas estão se afastando por falta dessa clareza.”
- Para B “o comitê já foi mais ativo. Precisamos sair da reflexão e voltar atuar.”
- Para C “é um grande espaço, mas a sociedade não descobriu isso ainda. Pessoas estão participando pouco.”
- A pessoa D coloca “que cada um tem participado como pode.”
- Para E “as pessoas estão se convencendo que podem e devem participar. Seja como usuários ou colaboradores. São estes os parâmetros e a razão de existir de uma sociedade.”
- Para F “está bom, apesar de tudo. Precisamos fortalecer este momento atual e dar nossa parcela de contribuição.”

26.3) Comissão de Educação

- Para A “as pessoas tem boa vontade. A gente sente que a coisa é lenta. As pessoas estão agora acordando. Já plantamos a semente. Agora é não desanimar. “
- Para B “existe boa vontade, mas também desânimo e desistência.”
- Para C “falta integração das comunidades beneficentes.”
- Para D “o comitê tem importância muito grande nas nossas comunidades e discutirmos como seres humanos.”
- Para E “todos fazem o que podem.”
- Para F “acha importante e as pessoas da comunidade também. Eles não participam por causa do horário e do local de trabalho.”
- A pessoa G se absteve.
- Para H “o comitê tem seu valor e seus objetivos são relacionados com as comunidades. A participação é significativa, é aberta e transparente. O comitê é aberto para novas idéias, para novas atividades e para a comunidade.”

27) Entrevista com o Sr. Rui Ricard: CONSEA ou Comunidade Solidária?

CONSEA OU COMUNIDADE SOLIDARIA ?

(RUI RICARD)

Com a posse de Itamar Franco como presidente da república em 1992, a sociedade civil organizada a mesma que protagonizou a derrocada da era Collor, propôs que fosse encampado o projeto do governo paralelo do PT, no que dizia respeito a uma política de segurança alimentar, para tanto o governo sinalizou com o CONSEA-conselho nacional de segurança alimentar, de foro consultivo e com representantes de diverso setores da sociedade, mais precisamente 21 membros e uma secretaria executiva. Como coordenador ou presidente foi indicado o sociólogo Herbert de Souza, que recusou o convite alegando ser mais útil como articulador nacional do movimento chamado AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME A MISERIA E PELA VIDA. Este passou a defender o nome do Bispo de Caxias, na baixada fluminense, D. Mauro Morelli que foi aceito por unanimidade em reconhecimento pelo seu trabalho com os excluídos e fundamentalmente por sua capacidade de elaboração política no encaminhamento global de ações de combate a fome e a miséria.

Uma vez instalado o consea, que de primeiro ato indicou como parceiro prioritário a ação da cidadania, ou seja elegeu uma parceria com mais de 3.000 comitês contra a fome espalhados em todo o Brasil. Esta parceria rendeu muitos frutos como por exemplo colocou na ordem do dia a discussão da miséria no país, e não só isso passou dar nome e endereço a fome no Brasil, elencou eixos reais de combate a fome como O PRODEA-programa de distribuição emergencial de alimentos -para os bolsões críticos no nordeste e outras regiões carentes, lembrando que 95% destes alimentos saíam do estoque regulador do governo (armazéns) que na sua maioria se perdiam ou se estragavam sem qualquer fiscalização. Outro programa importante foi o Programa CRIANÇA CONTRA A FOME E PELA VIDA, que recuperou fundos da saúde que estavam sendo pessimamente aplicados no combate a desnutrição. Enfim diversos outros projetos iam tomando corpo, quando o Brasil desviou a atenção para a campanha eleitoral de 1994.

Quando acordamos o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso extinguiu o CONSEA, sem ao menos avisar seus conselheiros ou seu presidente que ficou sabendo do fim do conselho pelos jornais. o presidente criou o PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDARIA, programa nos mesmos moldes do consea, indicou a dedo todos os conselheiros, secretaria executiva e a presidência, e extinguiu os órgãos LBA E CBIA, na nossa vã filosofia FHC cometeu 02 grandes pecados o primeiro foi desestimular a democracia impedindo que a sociedade a mesma que propôs o consea ao menos se manifestasse e o segundo foi achar que o PCS, tem peso ou infra, para substituir órgãos extintos, que mesmo atuando de forma assistencialista, poderiam tomar novo rumo reforçando a luta pela cidadania, e indicar novas parcerias.

Para finalizar acrescesnto que o programa tem varias falhas originais, uma delas e nao estabelecer parceria com a democracia, e elegendo o poder centralizador para combater a fome, talvez cairá no mesmo erro dos orgaos extintos, nao acrescentara na luta pela cidadania, uma grande pena e pena para os brasileiros.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - UFSC
ALUNA: TATIANI MACARINI

ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1 - Qual a sua concepção sobre a questão da Cidadania?
- 2 - O que você pensa da proposta do Comitê?
- 3 - O que motivou sua participação no Comitê?
- 4 - Quais os avanços que você percebeu do início em que você entrou até o momento atual?
- 5 - Como você percebe o movimento?
- 6 - Há transparência em relação ao que é feito e a proposta do Comitê?
- 7 - Quais as atividades realizadas pelo Comitê?
- 8 - Você sabe qual o valor que temos em caixa? E para onde está sendo distribuído o dinheiro arrecadado?
- 9 - A nível de intercâmbios e relações com outros comitês, você percebe isso presente? Ou você não está percebendo intercâmbio com outros comitês?
- 10 - como você avaliaria o Comitê e a participação das pessoas?



ROTEIRO DE PERGUNTAS

APRESENTACAO

- 1 - Qual a sua concepcao sobre a questao da cidadania?
- 2 - O que voce acha da proposta do Comite da Acao da Cidadania Contra a Fome e pela vida?
- 3 - O que motivou a sua participacao no Comite?
- 4 - Qual a visao que voce tem sobre o movimento dentro da TELESC?
- 5 - Na sua opiniao qual seria o ganho da TELESC em aderir o movimento da Acao da Cidadania?
- 6 - Como voce ve o papel das chefias na mobilizacao/estimulo a participacao dos funcionarios?
- 7 - Como se encontra hoje engajado no movimento?
- 8 - O que levou-o(a) desmotiva-lo(a)?
- 9 - Qual o caminho que voce sugeria para resgatar a participacao dessas pessoas?
- 10 - Sugestoes e criticas?

Bibliografia:

- 1 - Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Cartilha para formar comitês. Brasília, 1993.
- 2 - ARAÚJO, Elias de Paula. Programa Comunidade Solidária: É hora de entrar no mérito. Belém 30.03.95
- 3 - Balanço inicial da implantação dos comitês da campanha. "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida" . maio a agosto de 93.
- 4 - BARBOSA, Mário da Costa. Planejamento e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 4ed. 151p, 1991.
- 5 - BARBOSA, Raimundo Pascoal. Justiça Social e assistência Judiciária. Florianópolis. Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. 20p, 1982.
- 6 - BARBOSA, Mário da Costa. Planejamento e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 4ed. 151p, 1991.
- 7 - BARROS, Claudius D. Artagan C. Sensibilizando Para a Qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.
- 8 - BARTLETT, Harriet M. A Base do Serviço Social. São Paulo: Pioneira, 2ed. 288p, 1976.
- 9 - Cadernos Populares. Estatuto da criança e do adolescente. No. 9, jan 1992.
- 10 - Cartilha da Cidadania: A história do cidadão. Fórum permanente de assistência social de SC. Florianópolis, 1994.
- 11 - CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 174p, 1989.
- 12 - CELATS. Serviço Social. A Intervenção na Realidade. Petrópolis: Vozes, 133p, 1980.
- 13 - CELATS. Serviço Social Crítico. Problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 80p, 1986.
- 14 - Comunidade solidária. Uma estratégia de combate a fome e a miséria. 30 de mar. 1995
- 15 - I Conferência Nacional de Segurança Alimentar / Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Secretaria Executiva da Ação da Cidadania. Brasília. 201 p. 1995
- 16 - CONSEA. Doc. final do encontro preparatório em Brasília, 26 a 28 de nov. de 1993.
- 17 - CONSEA. Informações sobre o CONSEA.
- 18 - COURE Maria de Lourdes M. (org). A Cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 188p, 1986.

- 19 - C.F.E.S.S. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro. 1993.
- 20 - COLMAN, Evaristo Emigdio et ali. E afinal o que é o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade. Ano VII: Cortez, p.137-150. abr. 1986
- 21 - DAVID, Wagner. Movimentos Radicais nos Serviços Sociais: uma base teórica. Ano XII, n 35, p.70-102. abr.1991.
- 22 - Declaração em Defesa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. doc apresentado em Brasília nos dias 27 a 30 de jul. de 1994 na I CONSEA.
- 23 - Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- 24 - DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. São Paulo: Papirus, 126p. 1994.
- 25 - _____. Pobreza Política. São Paulo: Cortez. 11p, 1991.
- 26 - _____. Participação é Conquista. São Paulo: Cortez, 1988.
- 27 - Diário da Cultura. Ano III, No. 27. 4 de mar. 1995.
- 28 - ELIDE, Rugaí Bastos. Para a análise dos Movimentos Sociais. Serviço social & Sociedade Ano IV. n 13, dez. 1983.
- 29 - ELIMAR, Nascimento. Participação entre o autoritário e o democrático. Serviço social & Sociedade. Ano VII. n 20, abr. 1986.
- 30 - EVARISTO, Emigdio Colmán Duarte et ali. Ano VII: Cortez, p.137-150. abr. 1986.
- 31 - FALEIROS, Vicente de Paula. Saber Profissional e Poder Institucional. São Paulo: Cortez, 3ed. p.67-80. 1991.
- 32 - _____. Identidade/ Coletivo /Cidadania. Serviço Social & Sociedade. Ano XII. p.144-151. ago.1992.
- 33 - FRANCI, Gomes Cardoso. Os Movimentos Populares no Processo de Transformação Social. Serviço Social & Sociedade. Ano XI. p.5-30, ago.1990.
- 34 - FRANCISCO, Ary de Medeiros. Informação para a comunidade: estratégia para a intervenção do serviço social. Serviço Social & Sociedade. Ano XII. n 35, p.16-27. 1991.
- 35 - Folha de São Paulo. Caderno educação e saúde. Brasil: Campeão Mundial de analfabetismo. Dom. 31 de jul. 94, especial A1 a A10.
- 36 - Folha de São Paulo. Caderno crise social. Miséria, como e quem vai pagar a dívida social? Domingo, 26 de jun. 94. especial A1 - 8
- 37 - Folha sindical. No.294 - ano 8. 16 de mar. de 1995.

- 38 - FORTI, Valéria Lucília. Considerações sobre ética e identidade. Serviço Social & Sociedade. Ano XIII. n 39, p.126-135, ago. 1992.
- 39 - GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. São Paulo: Cortez, 117p, 1992.
- 40 - GUEIROS, Maria José Galvão. Serviço Social e Cidadania. Rio de Janeiro: Agir, 107p, 1991.
- 41 - KRUSE, Herman. Movimentos Sociais, Participação Popular e Educação. Ano VII, n 20. abr. 1986.
- 42 - KRUSE, Herman. Para a Práxis Libertadora do Serviço Social no ano 2000. Ano VII. n 20, abr. 1986.
- 43 - Jornal da Cidadania. ano 1 - No 1 - 1 a 14 set. de 94.
- 44 - Jornal da Cidadania. ano 1. No 5 - 16 a 30 de novembro de 1994.
- 45 - Jornal da Cidadania. ano 1 No 7 - 16 de nov de 94 a 15 de jan de 95.
- 46 - Jornal da Cidadania. ano 1 No 11 - 01 a 15 de mar 95.
- 47 - Jornal da Cidadania. ano 1 No 14 - 16 a 30 de abr. 95.
- 48 - Jornal da Cidadania. ano 2 No 24 - 16 a 30 de set 95.
- 49 - Jornal da Cidadania. ano 2 No 25 - 01 a 15 de out. 95.
- 50 - Jornal da Cidadania. ano 2 No 26 - 16 a 31 de out. 95.
- 51 - Jornal do Cidadão No 3 LBA / SC. Ano 1 - ago e set 94.
- 52 - MACÊDO, Myrtes de Aguiar. Reconceituação do Serviço Social. Formulações Diagnósticas. São Paulo: Cortez, 3ed. 113p, 1986.
- 53 - MARINA M. Abreu et ali. Movimentos Populares - algumas questões emergentes na constituição de sujeitos coletivos. Serviço Social & Sociedade. Ano XIII, p.31-61 ago1992.
- 54 - MARSHALL, I. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahra, 1967.
- 55 - MOISÉS, José Alvaro et ali. Cidade Povo e Poder. In: Movimento de Bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. Paz e terra 1982.
- 56 - Movimento pela Ética na Política. Campanha Contra a Fome, Contra a Miséria e pela Vida. Brasília, 20 de mar. 1993.
- 57 - Movimento pela Ética na Política. Circular 3. Brasília . 4 de nov. de 93.
- 58 - Movimento pela Ética na Política. Reunião dos comitês. Brasília 29 de 12 de 93.

- 59 - OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Perspectiva social da lei orgânica da assistência Social: possibilidades e limites no processo da implementação. DSS UFSC, 16 de jun. de 94.
- 60 - OLIVEIRA, Heloisa Maria José. Novos rumos para a Assistência Social. UFSC, publicação no D.C. fl. 02, 17 de set. 94.
- 61 - OSÓRIO, Antônio Carlos Elizalde. Justiça Social e a Igualdade Humana. Florianópolis, Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. 24p 1982
- 62 - PINSKY, Jaime & ELUF, Nagib Luiza. Brasileiro(a) é assim mesmo. Cidadania e Preconceito. São Paulo: Loyola, 143p. 1993.
- 63 - Plano de combate a fome.
- 64 - Primeira & Última. No 17 - 15 de fev. a 15 de mar. de 1994.
- 65 - Primeira & Última. No 18 - 15 a 31 de mar. de 1994.
- 66 - Primeira & Última. No 19 - 01 a 15 de abr. de 1994.
- 67 - Primeira & Última. No 20 - 15 a 30 de abr. de 1994.
- 68 - Primeira & Última. No 21 - 01 a 15 de mai. de 1994.
- 69 - Primeira & Última. No 22 - 15 a 31 de mai. de 1994.
- 70 - Primeira & Última. No 25 - 01 a 15 de jul. de 1994.
- 71 - Primeira & Última. No 26 - 15 a 31 de jul. de 1994.
- 72 - Programação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - Consea. 13 de mai. de 93
- 73 - Propostas para uma Política de Segurança Alimentar.
- 74 - Relatório Síntese da I Consea.
- 75 - Revista Democracia. Uma parceria pela vida. vol. 10 No. 103. jun/jul 94 publicação do Ibase.
- 76 - RUSSEL, Peter. O Despertar da Terra. O Cérebro Global. São Paulo: Cultrix. 1982.
- 77 - Serviço Social & Sociedade. Educación política y popular para la nueva época. Reconstruendo el poder para el nuevo tejido social. São Paulo: Cortez. Ano XIV. N 43. dez 1993.
- 78 - Serviço Social & Sociedade. In: Política de Promoção Social e Exercício da Cidadania. São Paulo, Ano X. Dez. 1989. p.141.

- 79 - CANELLA, Sandra de Cássia. Pela busca Crítica nos Meios de Comunicação de massa na Faculdade de Serviço social. Serviço Social & Sociedade. AnoXII. n 35, p. 16-27. 1991.
- 80 - SHARP, Gene. Poder, Luta e Defesa. Teoria e prática da ação não violenta . São Paulo: Paulinas, 273p. 1983.
- 81 - SPINIL, Mary Jane Paris (org.). A Cidadania em construção. Uma reflexão Transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 197p. 1994.
- 82 - Sugestões preliminares para a organização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.
- 83 - - WARREN, Ilse Sherer. Redes de Movimento Sociais. São Paulo : Loyola, 143p, 1993.